



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Central de Compras

SENHORES LICITANTES:

OBSERVAR COM ATENÇÃO AS DESCRIÇÕES DETALHADAS DOS ITENS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL DE LICITAÇÃO, DE MODO A EVITAR FALHAS NAS COTAÇÕES QUE, EVENTUALMENTE, POSSAM ACARRETER EM DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS VENCEDORAS DEVERÃO EFETUAR O CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO PORTAL SEI/GDF, por meio do link: <https://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>, CONSIDERANDO SUA OBRIGATORIEDADE PARA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA.

## EDITAL DE LICITAÇÃO

UASG 926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF

CNPJ: 00.394.700/0001-08 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 07.329.505/001-89

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES/DF

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2026 – SES/DF

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 12/02/2026, às 8h30

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE/ITEM

ADJUDICAÇÃO: POR LOTE/ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

ESTIMATIVA GERAL: CARÁTER PÚBLICO

PROCESSO Nº: 00060-00570636/2024-86

VALOR PREVISTO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.684.246,20 (um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil duzentos e quarenta e seis reais e vinte centavos)

OBJETO: Fornecimento de MEIOS DE CULTURA PRONTOS PARA USO e outros, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

AMPLA CONCORRÊNCIA							
LOTE	ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO E-COMPRAS (ID PCA)	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	1	16050	381173	21517	PLACA PRONTA PARA USO BIPARTIDA ÁGAR CLED / MAC CONKEY, Aplicação: identificação e isolamento microbiológico	UN	170.900
	2	20774	326355	21529	PLACA PRONTA PARA USO AGAR MUELLER HINTON 90 X 15MM	UM	19.800
	3	23063	403658	21523	AGAR SCREENING. Aplicação: teste screening de identificação microbiológica em meio de cultura. Características adicionais: agar screening cromogenico para identificação de bactérias produtoras de carbapenemase. Forma de apresentação: placas pronto uso. Prazo de validade: 75% do prazo de validade do produto.	UN	16.000
	4	28702	356515	21515	CALDO TODD HEWITT, meio de cultura líquido, com adição de Gentamicina e Ácido Nalidíxico.	UN	12.300
	5	35265	413149	21509	PLACA PRONTA PARA USO COM ÁGAR CROMOGÊNICO PARA ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE LEVEDURAS 90MM X 15MM	UN	10.500
	6	36587	333750	21510	ÁGAR CROMOGÊNICO VRE. PLACA PRONTA PARA USO COM ÁGAR CROMOGÊNICO E VANCOMICINA PARA ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE ENTEROCOCOS, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: 90X15MM. Aplicação (finalidade): MEIO CROMOGÊNICO SELETIVO DESTINADO A DETECÇÃO DE Enterococcus sp, RESISTENTE A VANCOMICINA (VRE). O MEIO DEVE SELECIONAR AS CEPAS RESISTENTES E REALIZAR A IDENTIFICAÇÃO COLORIMÉTRICA, DIFERENCIANDO AS ESPÉCIES E.faecium E E.faecalis PRESUNTIVA DO AGENTE DESCRITO. MEIO PRONTO EM PLACAS DE 90X15MM. UMA UNIDADE CORRESPONDE A UMA PLACA. Composição: Triptofano, Peptona, Agar Bacteriológico, Mistura Cromogênica, Vancomicina e Água Purificada. Características adicionais: A embalagem do produto deverá conter o número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e procedência. esterilização: estéril. Prazo de validade: No mínimo 75% da validade total registrada na embalagem do produto no momento da entrega. Embalagem: Pacote contendo 10 Placas de Petri na medida de 90 mm.	PC	16.000
	7	36641	369809	21513	MEIO DE CULTURA, TIPO: CALDO BHI, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: TUBO 13X100MM. Aplicação (finalidade): Destinado ao diagnóstico humano, o caldo BHI é utilizado na recuperação de microrganismos fastidiosos e não fastidiosos, incluindo bactérias aeróbicas e anaeróbicas e fungos. Composição: Infuso cérebro-coração, Peptona, Dextrose, Cloreto de sódio, Fosfato dissódico, Água	UN	15.700

AMPLA CONCORRÊNCIA							
LOTE	ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO E-COMPRAS (ID PCA)	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
					Destilada q.s.p. Tamanho/Capacidade: Tubos de vidro transparente no tamanho 13X100mm, com tampa de rosca, contendo 5 mL de meio de cultura líquido. Características adicionais: A embalagem do produto deverá conter o número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e procedência. Estéril. Prazo de validade: No mínimo 75% da validade total registrada na embalagem do produto no momento da entrega.		
	8	36790	412404	21498	MEIO DE CULTURA SÓLIDO, PRONTO USO, CROMOGÊNICO, PARA IDENTIFICAÇÃO DE STREPTOCOCCUS AGALACTIAE (GRUPO B), PLACA 90 MM. Aplicação (finalidade): Isolamento e identificação de Streptococcus agalactiae (EGB) em mulheres durante o período gestacional. Composição: PACOTE CONTENDO UNIDADES DE MEIOS DE CULTURA, CROMOGÊNICO, EM PLACAS INDIVIDUAIS, DESCARTÁVEIS, COM 90 MM DE DIÂMETRO, PRONTO USO. Características adicionais: A embalagem do produto deverá conter o número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e procedência. Processo de esterilização: Estéril. Prazo de validade: No mínimo 75% da validade total registrada na embalagem do produto no momento da entrega. Embalagem: Pacote contendo placas individuais	UN	12.300
	9	95273	326887	21490	PLACA PRONTA PARA USO AGAR SANGUE	UA	71.200
	10	95277	326357	21493	PLACA PRONTA PARA USO AGAR MAC CONKEY	UA	62.100
	11	95278	326806	23956	PLACA PRONTA PARA USO AGAR CHOCOLATE	UA	44.400
	12	95279	379203	21381	PLACA PRONTA PARA USO MRSA	UA	13.000
	13	95281	326803	21379	PLACA PRONTA PARA USO AGAR SS	UA	2.500

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação consta no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:** às 08h29 do dia 12/02/2026.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES:** às 08h30 do dia 12/02/2026.

**ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**TELEFONE:** Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pela Pregoeira no endereço mencionado ou pelo telefone (61) 3449-4178 ou 4179

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

A **Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF**, por meio do(a) Central de Compras - CCOMP/DAQ/SUCOMP/SECCIC/SES-DF, sediada no SRTVN 701 Norte, lote D, Edifício PO 700, 2º andar, Central de Compras - Brasília/DF, CEP: 70.719-040, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, mediante as condições estabelecidas neste Edital, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto 44.330/2021, e alterações posteriores, além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

- 1.1. Fornecimento de **MEIOS DE CULTURA PRONTOS PARA USO e outros**, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.
- 1.2. A licitação será realizada por lote único, conforme tabela constante no Anexo I do Edital.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

2.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

2.8. Para efeito do disposto no 2.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

2.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 2.8.1 e 2.8.2 será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 2.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

2.9.1. O disposto no 2.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.10. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, o **lote único** que compõem o objeto deste edital será destinado à **AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme previsão constante no Anexo I deste Edital.

2.11. Não poderão disputar esta licitação:

2.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.11.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.11.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.11.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.11.12. É vedada a participação, direta ou indireta, em licitações, contratações, execução de obras ou serviços e no fornecimento de bens relacionados, por agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal que sejam contratantes ou responsáveis pela licitação.

2.11.12.1. Fica proibida a participação do proprietário, controlador, administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica, independentemente da denominação adotada ou do grau de participação, seja qualitativa ou quantitativa, no capital ou patrimônio da referida entidade. (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

- 2.11.13. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);
- 2.11.14. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);
- 2.11.15. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;
- 2.11.15.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.
- 2.11.16. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 2.11.17. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);
- 2.11.18. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):
- 2.11.18.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou
- 2.11.18.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).
- 2.11.19. A vedação de que trata o item 2.11.18. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 2.11.20. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 2.11.21. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- 2.11.22. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 2.11.23. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.
- 2.12. O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.15. O disposto nos itens 2.11.2 e 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.17. A vedação de que trata o item 2.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.22 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante, consoante o modelo de apresentação de propostas, Anexo I do Edital.
- 4.2. A proposta deverá, ainda, conter o valor unitário e total, com até duas casas decimais, em moeda nacional, para cada item a que concorrer.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.10.
- 4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos



responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.12. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote único.

5.6.1. Os lances com mais de duas casas decimais serão arredondados para baixo, de forma que se mantenham duas casas decimais.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).[A20]

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SicaF acusar, no demonstrativo "Consulta Situação do Fornecedor", algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
- 7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.
- 7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

### 7.2.1. Qualificação técnica

I - **Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional**, em nome da licitante (matriz ou filial), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto desta licitação.

### 7.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

- I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;
- II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.
- III - A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV - A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V - O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- VI - Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a Proponente deverá, também, apresentar a documentação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 5º, §1º do Decreto nº 35.592/2014.

### 7.2.3. Qualificação econômico-financeira

- I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **datada dos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (**Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425)**);
- II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
  - a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;



b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

#### 7.2.4. **Habilitação jurídica:**

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de identidade;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

#### 7.2.5. **Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**

- I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.
- VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

#### 7.2.6. **Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:**

- I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo III do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

7.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

7.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: SRTVN 701, Lote D, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.719-040 – CENTRAL DE COMPRAS (CCOMP).

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos

do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.9.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 7.2.4 do Edital.

7.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no caput, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º, do art.119, do decreto 44.330/2023.

7.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

7.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

7.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: [ccomp.daq@saude.df.gov.br](mailto:ccomp.daq@saude.df.gov.br).

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5. fraudar a licitação;
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar, e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação;
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica: [ccomp.daq@saude.df.gov.br](mailto:ccomp.daq@saude.df.gov.br).
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 11. DO PAGAMENTO

- 11.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
- I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
  - II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
  - III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
  - IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
  - V - Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);
  - VI - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND);
  - VII - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014)
- 11.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 11.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.
- 11.4. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.
- 11.5. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:
- I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
  - II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

## 12. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

### 12.1. PRAZO DE ENTREGA

- 12.1.1. A relação de meios de cultura e os respectivos quantitativos constantes na **tabela anexa no Termo de Referência** representam apenas uma **estimativa de consumo**, elaborada com base no histórico de utilização e na previsão de necessidade da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.
- 12.1.2. O fornecimento ocorrerá **sob demanda**, mediante solicitações mensais consolidadas pelo Executor do Contrato, conforme o fluxo operacional descrito no Termo de Referência.

12.1.3. A Administração **não se obriga** a adquirir o quantitativo total estimado, podendo as quantidades efetivamente solicitadas **ser inferiores**, dependendo da necessidade administrativa e da disponibilidade orçamentária.

12.1.4. A contratada declara ter **plena ciência** desta condição e de que a não solicitação da totalidade dos itens estimados **não caracteriza inadimplemento contratual**, tampouco gera direito a qualquer tipo de **indenização ou compensação**.

12.1.5. O contrato será executado conforme a demanda real, respeitando as condições, os prazos e os preços estabelecidos, observando-se os limites da **vigência contratual** e da **dotação orçamentária**.

12.1.6. Para garantir o fornecimento contínuo e eficiente dos meios de cultura às unidades laboratoriais da rede pública da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, será adotado o seguinte modelo de execução do objeto:

12.1.6.1. **Primeira entrega:** A contratada deverá realizar a primeira entrega com quantitativo suficiente para suprir o consumo de cada unidade por um período de dois meses, conforme demanda específica apresentada pelo Executor do Contrato. Os meios de cultura entregues nesta remessa deverão possuir prazo de validade superior ao mínimo exigido nas demais entregas, sendo obrigatoriamente de, no mínimo, 75% da validade total ou 60 (sessenta) dias corridos, o que for maior. Essa entrega inicial é fundamental para garantir o estoque técnico necessário e assegurar a continuidade dos serviços laboratoriais.

12.1.6.2. No início da vigência do contrato, o Executor do Contrato deverá entregar à contratada um cronograma preliminar de entregas, com previsão de ocorrência mensal, contendo os quantitativos estimados de meios de cultura por unidade laboratorial. A primeira entrega terá como base esse cronograma. As entregas subsequentes, no entanto, ocorrerão de acordo com as demandas reais de cada unidade, mediante solicitações mensais conforme fluxo definido no Termo de Referência.

12.1.6.3. **Entregas subsequentes:** As entregas mensais subsequentes ocorrerão conforme o seguinte fluxo. Todos os meios de cultura entregues nestas remessas deverão possuir prazo de validade de no mínimo 50% da validade total ou 45 (quarenta e cinco) dias corridos, o que for maior, a partir da data de entrega.

Etapa	Descrição	Responsável	Prazo Máximo
1	Envio da solicitação interna de quantitativos por formulário padronizado	Responsável técnico de cada laboratório	Até o dia 5 de cada mês
2	Consolidação das solicitações e envio do pedido à contratada	Executor do contrato	Até o dia 10 de cada mês
3	Abertura de processo SEI para a entrega e inserção dos comprovantes pelas unidades	Executor do contrato e unidades laboratoriais	Abertura: logo após o envio do pedido à contratada / Anexação: até 3 dias após o recebimento
4	Entrega dos meios de cultura em cada unidade laboratorial	Contratada	Até 15 dias corridos após recebimento do pedido
5	Preenchimento do Comprovante de Entrega (em duas vias: contratada e contratante) e verificação da conformidade da entrega	Responsável técnico de cada unidade	Imediato ao recebimento
6	Envio do Comprovante de Entrega digitalizado ao Executor do Contrato	Responsável técnico da unidade laboratorial	Até 3 dias corridos após o recebimento
7	Lançamento do processo de pagamento após conferência e inserção do atesto	Executor do contrato	Conforme fluxo interno da SES/DF

12.1.6.4. **Comprovante de entrega:** O documento denominado "comprovante de entrega" deverá ser apresentado em duas vias, sendo uma da empresa contratada e outra da unidade recebedora. O tipo e formato deste documento serão de responsabilidade da empresa contratada, devendo conter, no mínimo, as mesmas informações exigidas para a Nota Fiscal. Além disso, o comprovante deverá ser individualizado por unidade, contendo a identificação e descrição da unidade destinatária e a relação completa dos meios de cultura entregues com os respectivos quantitativos.

## 12.2. DA LOCAL DE ENTREGA

12.2.1. As entregas dos meios de cultura microbiológicos deverão ser realizadas **diretamente nas unidades laboratoriais** da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, conforme a relação de endereços constante na tabela abaixo.

12.2.1.1. As entregas deverão ocorrer, obrigatoriamente, **de segunda a sexta-feira**, no horário das **08 às 12 horas** e das **13 às 17 horas**.

12.2.1.2. A contratada será responsável por garantir que as entregas ocorram no **local exato**, dentro do prazo estabelecido, mediante a entrega dos produtos ao **responsável técnico designado** por cada unidade, que deverá realizar a conferência e assinatura do **recibo de entrega**.

12.2.1.3. Eventuais alterações nos endereços ou responsáveis das unidades laboratoriais serão formalmente comunicadas pela Administração, sem que isso implique na necessidade de aditamento contratual ou geração de custos adicionais para a contratada.

### LOCAIS DE ENTREGA - LABORATÓRIOS HOSPITALARES

LABORATÓRIO HOSPITALAR	ENDEREÇO
Hospital Regional de Brasília – HRBz	Área Especial nº 1 - Setor Tradicional, CEP: 72.720-901, Brasília - DF
Hospital Regional do Guarã – HRGU	Área Especial – QI 06 Lote “C”, CEP: 71.010- 900, Guarã I - DF
Hospital de Apoio de Brasília - HAB	AENW 3 lote A CEP: 70.684-831, Setor Noroeste
Hospital Regional Asa Norte – HRAN	Setor Médico Hospitalar Norte, Quadra 101- Área Especial, CEP: 70.710-905, Asa Norte - DF
Hospital Regional da Ceilândia – HRC	QNM 27 Área Especial 1 QNM 28, CEP: 72.215-270, Ceilândia – DF
Hospital Regional Leste – HRL	Quadra 2, Conjunto K, Lote 1, Área Especial Hospitalar, CEP: 71.570-130, Paranoá – DF
Hospital Regional de Planaltina – HRPL	Av. WL4 Área Especial, Setor Hospitalar Planaltina, CEP: 73.310- 000, Planaltina – DF
Hospital Regional de Sobradinho – HRS	Q 12 Conjunto B Lote 38, CEP: 73.010-120, Sobradinho – DF
Hospital Regional da Samambaia – HRSAM	QS 614 Conjunto C Lotes 1/2, CEP: 72.322-583, Samambaia – DF
Hospital Regional de Taguatinga– HRT	Setor C Norte, Área Especial 24, CEP: 72.115-902, Taguatinga Norte – DF
Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB	SGAS Av. L2 Sul Quadra 608 Módulo A, CEP: 70203 -900, Asa Sul - DF
Hospital Regional do Gama – HRG	Área Especial 1, Setor Central, CEP: 72.405-901, Gama – DF

### LOCAIS DE ENTREGA - LABORATÓRIOS AMBULATORIAIS

LABORATÓRIO AMBULATORIAL	ENDEREÇO
Laboratório Regional do Guarã (LRGU)	QE 23, Guarã II, Brasília/DF, CEP: 71.025-000, Guarã II - DF
Laboratório Regional de Ceilândia (LRC)	EQNP 11/7, Setor P Norte, CEP: 72240-540, Ceilândia - DF
Unidade Mista de Taguatinga (UMST)	C 12 Área Especial nº 01, CEP: 72010-120, Taguatinga Centro - DF
Unidade Mista de São Sebastião	Avenida Comercial, n.º 10, CEP: 71.691-006, São Sebastião - DF

### LOCAIS DE ENTREGA - LABORATÓRIO CENTRAL



LABORATÓRIO	ENDEREÇO
Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN)	Lotes O e P Sgan 601, CEP 70830-010, Asa Norte - DF

### 12.3. CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E ENTREGA

- 12.3.1. Os produtos do Termo de Referência não poderão ser encaminhados via Correios.
- 12.3.2. Os produtos deverão ser transportados por empresa autorizada e licenciada por órgão sanitário.
- 12.3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado conforme especificação das condições de armazenamento definidas pelo fabricante, devendo haver um sistema de monitoramento de temperatura que possa ser verificado no recebimento.
- 12.3.4. As empresas fornecedoras deverão observar as condições de guarda, armazenamento e transporte dos produtos de modo a não afetar sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, sua esterilidade.
- 12.3.5. Os produtos entregues deverão estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.
- 12.3.6. A contratada será **integralmente responsável** pela logística de transporte e entrega dos produtos, desde a saída de seus estoques até o recebimento final pelas unidades laboratoriais, devendo garantir:
- 12.3.6.1. Acondicionamento adequado dos produtos, compatível com as especificações técnicas e sanitárias de cada meio de cultura, de forma a preservar sua integridade, estabilidade e esterilidade até o momento da entrega;
- 12.3.6.2. Controle rigoroso de temperatura e umidade, conforme exigência específica de cada produto, mediante o uso de embalagens e equipamentos apropriados, que assegurem o não comprometimento da qualidade dos meios de cultura;
- 12.3.6.3. Proteção contra agentes físicos, químicos e biológicos que possam comprometer a qualidade ou a segurança do produto, durante todas as etapas do transporte;
- 12.3.6.4. Entregas realizadas por pessoal qualificado, que tenha conhecimento das boas práticas de transporte de produtos para uso laboratorial, bem como do protocolo de entrega definido pela Administração;
- 12.3.6.5. Entrega **direta e individualizada** em cada uma das **17 (dezesete) unidades laboratoriais**, conforme os prazos e fluxos definidos no Termo de Referência.
- 12.3.7. A contratada poderá, conforme necessidade e conveniência operacional, subcontratar serviços **acessórios de transporte**, desde que previamente informados e que atendam integralmente às condições técnicas e sanitárias aqui estabelecidas, sem prejuízo de sua **responsabilidade integral** pela entrega adequada dos produtos.

### 12.4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 12.4.1. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021** e na regulamentação distrital vigente:
- 12.4.1.1. Recebimento provisório: no ato da entrega, pelo responsável técnico da unidade laboratorial, que realizará a conferência do quantitativo, da integridade física das embalagens, do prazo de validade e das condições de armazenamento e transporte do produto.
- 12.4.1.2. Recebimento definitivo: após a confirmação da conformidade dos produtos entregues, que será formalizada mediante a assinatura do **recibo de entrega**, documento que será utilizado como base para o **processamento do pagamento**.
- 12.4.2. No ato do recebimento, a unidade deverá verificar, obrigatoriamente:
- 12.4.2.1. A conformidade do quantitativo entregue em relação ao solicitado;
- 12.4.2.2. A adequação das condições físicas (integridade das embalagens, ausência de avarias ou contaminação);
- 12.4.2.3. A conformidade da rotulagem, contendo no mínimo: nome do produto, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, condições de armazenamento e identificação do fabricante;
- 12.4.2.4. O atendimento aos prazos mínimos de validade, conforme estabelecido no Termo de Referência:
- a) Para a primeira entrega: prazo de validade **não inferior a 75%** do total estabelecido pelo fabricante, ou, alternativamente, **mínimo de 2 (dois) meses**, o que for maior;
- b) Para as entregas subsequentes: prazo de validade **não inferior a 50%** do total estabelecido pelo fabricante, e **nunca inferior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, o que for maior.
- 12.4.3. Os materiais deverão conter, em suas embalagens primárias, de forma clara e legível: Descritivo do produto, Número do lote, Data de validade e Nome comercial, quando houver.
- 12.4.4. Todos os produtos deverão apresentar, em suas embalagens primárias e/ou secundárias, a expressão: "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", a ser afixada mediante etiquetas invioláveis ou carimbos irremovíveis.
- 12.4.5. No caso de embalagens estéreis, não serão aceitos carimbos alcoólicos, de forma a garantir a não violação do processo de esterilização.
- 12.4.6. Para fins do Termo de Referência, considera-se:
- 12.4.6.1. Etiqueta inviolável: aquela que, quando removida, fornece uma real evidência da violação.
- 12.4.6.2. Carimbo irremovível: aquele que, mesmo sob **atrito ou fricção**, não se apaga sem **danificar a embalagem**.
- 12.4.7. A **Nota Fiscal** deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:
- 12.4.7.1. Identificação do material e seu respectivo nome comercial (quando houver);
- 12.4.7.2. Número do lote, data de fabricação e validade;
- 12.4.7.3. Unidade de fornecimento e quantidade discriminada por lote;
- 12.4.7.4. Valor unitário e valor total;
- 12.4.7.5. Número do empenho, número do processo SEI, número da Ata de Registro de Preços (quando houver), Dispensa de Licitação ou Contrato Administrativo;
- 12.4.7.6. Número da Autorização de Fornecimento de Material – AFM;

12.4.7.7. Quando se tratar de entrega parcelada, deverá ser indicado o número correspondente à entrega: (ex.: “1ª entrega”, “2ª entrega”, e assim sucessivamente).

12.4.8. Todos os **meios de cultura ofertados** devem atender aos requisitos específicos de qualidade, segurança e eficácia, conforme descrito no Termo de Referência e detalhado no **Estudo Técnico Preliminar**, especialmente quanto a:

12.4.8.1. Ágar Mueller-Hinton: obrigatória a conformidade com o BRCast para assegurar resultados precisos em testes de sensibilidade a antimicrobianos;

12.4.8.2. Ágares MacConkey, SS e CLED: formulação adequada para isolamento e diferenciação precisa de enterobactérias;

12.4.8.3. Ágares Cromogênicos (leveduras, *Enterococcus*, MRSA, carbapenemase): demonstrar alta sensibilidade e especificidade, minimizando riscos de falsos positivos ou negativos;

12.4.8.4. Caldo Todd Hewitt e Caldo BHI: assegurar enriquecimento apropriado para isolamento de microrganismos fastidiosos;

12.4.8.5. Ágares Sangue e Chocolate: assegurar presença de nutrientes essenciais sem agentes inibidores, especialmente para microrganismos fastidiosos como *Haemophilus spp.* e *Neisseria spp.*

12.4.9. Como as entregas serão realizadas sob demanda e os itens possuem prazo de validade curto, não será necessária a apresentação de carta de compromisso de troca em caso de vencimento.

12.4.10. Entretanto, a contratada deverá apresentar, em todas as entregas, uma carta de compromisso de troca, assumindo a responsabilidade pela substituição imediata e sem ônus para a Administração e com frete suportado pela contratada, considerando os mesmos critérios e exigências para as demais entregas, em caso de:

12.4.10.1. Entrega de produtos fora dos padrões especificados;

12.4.10.2. Entrega de produtos danificados, avariados ou com inconformidades;

12.4.11. A troca dos produtos deverá ser realizada pela contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação formal da não conformidade pela unidade ou pelo Executor do Contrato.

12.4.12. O não **atendimento às condições de transporte, entrega e recebimento** sujeitará a contratada às **sanções previstas** na legislação vigente e no Termo de Referência, podendo, ainda, acarretar a **rescisão contratual** nos casos de descumprimento reiterado ou grave.

12.5.

### 13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A vigência inicial do contrato será de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, podendo ser **prorrogada por períodos sucessivos**, até o limite máximo de **120 (cento e vinte) meses**, conforme disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.4. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

13.5. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

13.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13.7. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

13.7.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

13.7.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

13.7.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

13.7.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

13.7.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

13.7.6. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/08/2025 pela utilização do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

13.7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

13.7.8. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

### 13.8. Da Implementação do Programa de Integridade

13.8.1. A implementação do Programa de Integridade observará as diretrizes estabelecidas no Guia Prático para Análise dos Programas de Integridade Privada, Fevereiro/2025 – versão 1.3, aplicando-se integralmente às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com a Administração Pública do Distrito Federal com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias, quando o valor global desses contratos for igual ou superior a R\$ 5.000.000,00. O § 2º da mesma lei prevê que a exigência se aplica integralmente se o prazo da relação contratual for de 180 dias ou mais.

13.8.2. A exigência decorre do disposto na Lei n.º 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, que institui a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade por pessoas jurídicas que mantenham relação contratual com o Distrito Federal. Sendo obrigatória sua adoção, assim como das condutas previstas no Código de Conduta Anticorrupção e na Lei Anticorrupção (12.846/2013).

13.8.3. O adjudicatário, após a assinatura do contrato, deverá implementar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica, conforme previsto nas Leis Nº 6.112/2018, Nº 6.308/2019, Decreto Nº 40.388/2020 e no Guia Prático para Análise dos Programas de Integridade Privada, da Controladoria-Geral do Distrito Federal.

13.8.4. A empresa contratada deverá no mínimo:

I - Realizar mapeamento de riscos de integridade, aplicar treinamentos periódicos de integridade, elaborar os relatórios conforme os ciclos previstos e criar medidas disciplinares e de responsabilização interna.

13.8.5. Deverão ser observadas ainda as diretrizes estabelecidas na Política de Governança Pública e Compliance, nos termos do Decreto Nº 39.736, de 28 de março de 2019, bem como o Decreto Nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020, que regulamenta a avaliação dos Programas por meio de formulários e relatórios específicos. A contratada deverá:

I - Atender simultaneamente aos critérios de existência e efetividade.

II - Apresentar toda documentação e evidência dos Programas (treinamentos, relatórios, auditorias, investigações, políticas, organograma etc.).

III - Permitir inspeções, análises e auditorias dos Programas pela Administração Pública.

IV - Realizar prontamente as adequações, caso a avaliação identifique insuficiências.

V - Inserir critérios de governança e compliance na contratação de terceiros.

VI - Aceitar que o resultado influencie a seleção ou execução contratual.

VII - Padronizar suas práticas de Governança e Compliance.

13.8.6. Para a efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos e despesas necessários correrão exclusivamente às expensas da empresa contratada, não cabendo ao órgão contratante qualquer ônus ou ressarcimento - contudo - deverá ser designada na estrutura da contratada a unidade responsável pelo compliance da instituição, sendo este o ponto focal de comunicação nessa temática.

13.8.7. A Política e seus programas de Governança e compliance deverão ser adotados junto a todos os órgãos/entidades do DF, fortalecendo as estruturas de governança e compliance internas e implementando/aperfeiçoando a Gestão de Riscos, O Controle Interno e os Mecanismos de Integridade.

13.8.8. Para fins de verificação e conformidade, a empresa deverá apresentar o Formulário de Avaliação de Programa de Integridade, Relatório de Perfil e o Relatório de Conformidade, nos termos do Anexo I do Decreto Nº 40.388/2020, bem como articular-se com órgãos centrais de governança do DF.

13.8.9. Os Programa de integridade e compliance terão validade mínima de 180 dias, devendo ser renovado ao término desse período.

13.8.10. Deve ser observada ainda a Implantação de mecanismos de controle, monitoramento e auditoria periódica, no mínimo ao final de cada ciclo.

13.8.11. Todas as empresas que pretendam atender às exigências apostas neste Edital, deverão implementar e manter canal de denúncias funcional e seguro.

13.8.12. A contratada que já atenda a todos os requisitos, se aplicável, deverá apresentar declaração formal informando sua existência e o atendimento pleno às exigências.

13.8.12.1. Poderão ser solicitadas evidências de implementação e efetividade.

13.8.13. A contratada que possua erros nas Demonstrações Contábeis "furo de caixa", deve entender que a existência do erro é motivação suficiente para sua descreditação.

### 13.9. Da manutenção dos programas e obtenção do selo anticorrupção

13.9.1. O selo anticorrupção tem validade de dois anos, podendo ser renovado a pedido da empresa interessada à autoridade competente.

13.9.2. O selo somente será concedido às empresas que atendam cumulativamente a todas as exigências constantes da Lei 7.450/2024.

13.9.3. As regras instituídas pela Lei Nº 7.450, que cria o Selo Anticorrupção, se destinam a reconhecer as empresas que adotem Programas de Integridade efetivos.

13.9.4. Deverão ser atendidas e mantidas, de forma cumulativa, todas as exigências de Integridade, Compliance e Acreditação apostas nas Leis Nº 6.112/2018, Nº 7.450/2024, Decretos Nº 39.736/2019 e 40.388/2020, bem como demais regimentos aplicáveis.

13.9.5. Conforme Portaria Nº 193/2024, caberá ao comitê avaliar a propor medidas de mitigação dos riscos e de adequação das inconformidades encontradas.

### 13.10. Das sanções e disposições finais

13.10.1. A empresa que deixar de encaminhar os relatórios obrigatórios estará sujeita às sanções cabíveis.

13.10.2. Pelo descumprimento das exigências, será aplicada à contratada:

a) Multa diária de 0,08%, incidente sobre o valor atualizado do contrato, limitada ao total de 10% do montante contratual.

b) O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não implica indébito da multa aplicada.

13.10.3. O não cumprimento da obrigação implicará ainda:

I - Inscrição do débito em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

II - Rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade contratante;

III - Impedimento de contratar com a Administração Pública do Distrito Federal, em qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação da implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

13.10.4. A fiscalização do Programa de Integridade é realizada mediante critério da dupla visita, sendo a primeira voltada prioritariamente para orientação quanto ao saneamento de eventuais desconformidades levantadas.

13.10.5. O Conselho de Governança Pública e o Comitê Interno de Governança Pública poderão editar atos complementares e estabelecer procedimentos para conformação, execução e monitoramento de processos de governança pública e compliance.

**14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A comunicação entre SES-DF e as proponentes se dará através dos e-mails informados nas propostas;
- 14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.10. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito federal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 14.11. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 14.12. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 14.13. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 14.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 14.15. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 14.16. Cumprir com o disposto na Lei Distrital 6.128/2018, que dispõe sobre reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua;
- 14.17. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 14.18. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 14.18.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 14.19. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 14.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.21. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 14.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I** - Termo de Referência
- Apêndice do Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar
- ANEXO II** – Planilha de mercado
- ANEXO III** - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019
- ANEXO IV** - Modelo de Propostas
- ANEXO V** - Minuta de Termo de Contrato

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

- 1.1. Fornecimento de **MEIOS DE CULTURA PRONTOS PARA USO e outros**, conforme especificações e quantitativos constantes neste instrumento.

AMPLA CONCORRÊNCIA							
LOTE	ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO E-COMPRAS (ID PCA)	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	1	16050	381173	21517	PLACA PRONTA PARA USO BIPARTIDA ÁGAR CLED / MAC CONKEY, Aplicação: identificação e isolamento microbiológico	UN	170.900
	2	20774	326355	21529	PLACA PRONTA PARA USO AGAR MUELLER HINTON 90 X 15MM	UM	19.800
	3	23063	403658	21523	AGAR SCREENING. Aplicação: teste screening de identificação microbiológica em meio de cultura. Características adicionais: agar screening cromogenico para identificação de bactérias produtoras de carbapenemase. Forma de apresentação: placas pronto uso. Prazo de validade: 75% do prazo de validade do produto.	UN	16.000
	4	28702	356515	21515	CALDO TODD HEWITT, meio de cultura líquido, com adição de Gentamicina e Ácido Nalidixico.	UN	12.300
	5	35265	413149	21509	PLACA PRONTA PARA USO COM ÁGAR CROMOGÊNICO PARA ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE LEVEDURAS 90MM X 15MM	UN	10.500
	6	36587	333750	21510	ÁGAR CROMOGÊNICO VRE. PLACA PRONTA PARA USO COM ÁGAR CROMOGÊNICO E VANCOMICINA PARA ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE ENTEROCOCOS, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: 90X15MM. Aplicação (finalidade): MEIO CROMOGÊNICO SELETIVO DESTINADO A DETECÇÃO DE Enterococcus sp, RESISTENTE A VANCOMICINA (VRE). O MEIO DEVE SELECIONAR AS CEPAS RESISTENTES E REALIZAR A IDENTIFICAÇÃO COLORIMÉTRICA, DIFERENCIANDO AS ESPÉCIES E.faecium E E.faecalis PRESUNTIVA DO AGENTE DESCRITO. MEIO PRONTO EM PLACAS DE 90X15MM. UMA UNIDADE CORRESPONDE A UMA PLACA. Composição: Tryptofano, Peptona, Agar Bacteriológico, Mistura Cromogênica, Vancomicina e Água Purificada. Características adicionais: A embalagem do produto deverá conter o número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e procedência. esterilização: estéril. Prazo de validade: No mínimo 75% da validade total registrada na embalagem do produto no momento da entrega. Embalagem: Pacote contendo 10 Placas de Petri na medida de 90 mm.	PC	16.000
	7	36641	369809	21513	MEIO DE CULTURA, TIPO: CALDO BHI, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: TUBO 13X100MM. Aplicação (finalidade): Destinado ao diagnóstico humano, o caldo BHI é utilizado na recuperação de microrganismos fastidiosos e não fastidiosos, incluindo bactérias aeróbicas e anaeróbicas e fungos. Composição: Infuso cérebro-coração, Peptona, Dextrose, Cloreto de sódio, Fosfato dissódico, Água Destilada q.s.p. Tamanho/Capacidade:Tubos de vidro transparente no tamanho 13X100mm, com tampa de rosca, contendo 5 mL de meio de cultura líquido. Características adicionais: A embalagem do produto deverá conter o número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e procedência. Estéril. Prazo de validade: No mínimo 75% da validade total registrada na embalagem do produto no momento da entrega.	UN	15.700
	8	36790	412404	21498	MEIO DE CULTURA SÓLIDO, PRONTO USO, CROMOGÊNICO, PARA IDENTIFICAÇÃO DE STREPTOCOCCUS AGALACTIAE (GRUPO B), PLACA 90 MM. Aplicação (finalidade): Isolamento e identificação de Streptococcus agalactiae (EGB) em mulheres durante o período gestacional. Composição: PACOTE CONTENDO UNIDADES DE MEIOS DE CULTURA, CROMOGÊNICO, EM PLACAS INDIVIDUAIS, DESCARTÁVEIS, COM 90 MM DE DIÂMETRO, PRONTO USO. Características adicionais: A embalagem do produto deverá conter o número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e procedência. Processo de esterilização: Estéril. Prazo de validade: No mínimo 75% da validade total registrada na embalagem do produto no momento da entrega. Embalagem: Pacote contendo placas individuais	UN	12.300
	9	95273	326887	21490	PLACA PRONTA PARA USO AGAR SANGUE	UA	71.200
	10	95277	326357	21493	PLACA PRONTA PARA USO AGAR MAC CONKEY	UA	62.100
	11	95278	326806	23956	PLACA PRONTA PARA USO AGAR CHOCOLATE	UA	44.400
	12	95279	379203	21381	PLACA PRONTA PARA USO MRSA	UA	13.000
	13	95281	326803	21379	PLACA PRONTA PARA USO AGAR SS	UA	2.500

**Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.**

1.2. O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas informações do Estudo Técnico Preliminar - ETP 718/2024 (174369791), fornecidas pelas áreas responsáveis por sua concepção.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, em atenção à vedação constante no art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e art. 73 e inc. 1 do art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois a demanda possui baixa elasticidade renda, art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

1.5. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento, de forma continuada e sob demanda, de meios de cultura microbiológicos prontos para uso, destinados às unidades laboratoriais da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e condições estabelecidas neste Termo.

1.6. O fornecimento deverá ocorrer mediante solicitações realizadas pelas unidades, com entregas diretas em cada laboratório solicitante, em conformidade com o cronograma e os requisitos logísticos estabelecidos.

1.7. Os meios de cultura objeto deste Termo de Referência deverão atender integralmente aos requisitos técnicos e sanitários aplicáveis.

1.8. A contratação será realizada na forma de lote único, abrangendo todos os itens constantes neste Termo de Referência, cujas especificações e quantidades encontram-se descritas nos itens próprios deste documento.



## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Os laboratórios de microbiologia da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF desempenham papel fundamental no diagnóstico, monitoramento e controle de infecções, sendo imprescindível a disponibilidade contínua de meios de cultura microbiológicos adequados para a realização de exames laboratoriais com precisão, segurança e confiabilidade.
- 2.2. A presente contratação tem por finalidade garantir o fornecimento regular de meios de cultura prontos para uso, essenciais para a realização de exames microbiológicos, visando assegurar a identificação e a caracterização de microrganismos de interesse clínico e epidemiológico, bem como a condução de testes de sensibilidade a antimicrobianos, contribuindo diretamente para o diagnóstico adequado e para a definição de condutas terapêuticas pelos profissionais de saúde.
- 2.3. A ausência desses insumos inviabiliza a realização dos exames microbiológicos, comprometendo a assistência prestada à população e acarretando graves consequências, como aumento na ocorrência de infecções, atraso na definição de tratamentos, uso inadequado ou excessivo de antimicrobianos, elevação das taxas de internação, prolongamento do tempo de internação e, consequentemente, aumento da morbimortalidade.
- 2.4. A contratação proposta está alinhada às diretrizes assistenciais e operacionais da SES/DF, bem como às necessidades da rede laboratorial pública, composta por 17 unidades laboratoriais (12 hospitalares, 4 ambulatoriais e 1 central), garantindo suporte às demandas assistenciais, vigilância epidemiológica e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde.
- 2.5. Além disso, a contratação na modalidade de fornecimento sob demanda, com entregas diretamente nas unidades laboratoriais, visa mitigar os problemas logísticos decorrentes do atual modelo de distribuição centralizada, que tem gerado atrasos na entrega dos insumos, riscos de contaminação, avarias, perdas e aumento de custos operacionais internos, impactando negativamente na qualidade dos serviços laboratoriais e na assistência prestada aos usuários do SUS.
- 2.6. A fundamentação da necessidade da contratação, bem como a definição dos quantitativos e das especificações dos itens, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar - ETP 718/2024 (174369791), que integra este Termo de Referência como apêndice.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de meios de cultura microbiológicos prontos para uso, destinados às unidades laboratoriais da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, abrangendo todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a fabricação, armazenamento, transporte e distribuição até a entrega nas unidades, assegurando qualidade, rastreabilidade e conformidade com os requisitos técnicos e sanitários aplicáveis.
- 3.2. A contratação contempla a aquisição de meios de cultura sólidos e líquidos, devidamente preparados, esterilizados e prontos para uso, com desempenho validado, garantindo padronização, segurança microbiológica e suporte técnico-científico à realização de exames de microbiologia clínica, incluindo isolamento, identificação de microrganismos e testes de sensibilidade a antimicrobianos.
- 3.3. O ciclo de vida dos produtos objeto da contratação compreende:
- 3.3.1. Fabricação: Observância das Boas Práticas de Fabricação (BPF), com controle rigoroso de qualidade, rastreabilidade de lotes e conformidade com as normas da ANVISA, além das diretrizes do BRCST e normas internacionais, como CLSI e EUCAST, quando aplicável.
- 3.3.2. Armazenamento: Manutenção dos produtos em condições ambientais adequadas, conforme especificações técnicas de cada meio, garantindo estabilidade, esterilidade e desempenho microbiológico.
- 3.3.3. Transporte e distribuição: De responsabilidade integral da empresa contratada, devendo ser realizado em condições que preservem a qualidade dos produtos (controle de temperatura, proteção contra umidade, luz e impactos), com entregas diretamente nas 17 unidades laboratoriais da SES/DF, mediante solicitações realizadas sob demanda e com frequência mensal, conforme planejamento acordado.
- 3.3.4. Recebimento: Conferência técnica no ato da entrega, incluindo a verificação da integridade das embalagens, das condições de transporte, do prazo de validade e da conformidade com os laudos de controle de qualidade e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 3.3.5. Utilização: Emprego dos meios nas atividades de diagnóstico microbiológico dos laboratórios da rede SES/DF, assegurando sua plena funcionalidade para as finalidades de isolamento, identificação e realização de testes de sensibilidade a antimicrobianos.
- 3.3.6. Descarte: Geração de resíduos de serviços de saúde, cujo manejo deverá seguir as diretrizes da RDC nº 222/2018 e o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) vigente na SES/DF, sendo de responsabilidade das unidades consumidoras.
- 3.4. Os meios de cultura objeto deste Termo de Referência deverão atender, obrigatoriamente, às seguintes especificações gerais:
- 3.4.1. Serem fornecidos prontos para uso, nas formas sólida (em placas) ou líquida (em tubos ou frascos), conforme especificado para cada item;
- 3.4.2. Para todos os meios de cultura na forma sólida as placas devem possuir o tamanho de 90x15 mm e para todos os meios de cultura líquidos o tubos devem possuir o tamanho de 13x100 mm ou similar.
- 3.4.3. Apresentarem composição físico-química e microbiológica compatível com as finalidades previstas, segundo metodologias reconhecidas na literatura técnica e nas normas de referência nacional e internacional;
- 3.4.4. Possuírem embalagem primária e secundária que garantam a integridade, a esterilidade e a proteção contra contaminações e degradações, contendo rótulo com informações claras e legíveis, como nome do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade, composição, condições de armazenamento e identificação do fabricante;
- 3.4.5. Apresentarem, no momento da entrega, prazo de validade não inferior a 50% do total estabelecido pelo fabricante, e nunca inferior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos, ou o que for maior, salvo em situações devidamente justificadas pela especificidade técnica do meio e aceitas pela área técnica responsável. Especificações para a primeira entrega e para as entregas subsequentes estão detalhadas em campo específico deste documento.
- 3.4.6. Serem acompanhados de laudos de controle de qualidade emitidos pelo fabricante, contemplando, quando aplicável, testes de esterilidade, crescimento positivo e negativo, seletividade, diferencialidade, produtividade e demais ensaios pertinentes às características de cada meio.
- 3.5. As especificações detalhadas dos itens, incluindo composição, apresentação, unidade de fornecimento e quantitativos estimados, constam dos itens próprios deste Termo de Referência.

**4. JUSTIFICATIVA POR LOTE**

- 4.1. A presente contratação se dará na forma de **lote único**, abrangendo todos os meios de cultura especificados neste Termo de Referência, tendo em vista a necessidade de assegurar a padronização dos insumos utilizados nos laboratórios da rede SES/DF, o que é essencial para garantir a reprodutibilidade, a comparabilidade e a confiabilidade dos resultados dos exames microbiológicos.
- 4.2. A padronização dos meios de cultura é requisito técnico indispensável, pois a utilização de insumos provenientes de diferentes fornecedores, com variações de formulação, desempenho microbiológico ou critérios de qualidade, compromete diretamente a rastreabilidade dos processos, a uniformidade dos laudos emitidos e a segurança clínica das decisões terapêuticas, além de impactar negativamente em processos de vigilância epidemiológica e controle de infecções.
- 4.3. A adoção do lote único também se justifica pela necessidade de garantir a logística de entrega diretamente nas unidades laboratoriais, sob demanda, modelo que exige que a empresa contratada possua capacidade operacional e estrutura logística compatível com as especificidades do contrato, evitando riscos de desabastecimento, atrasos, perdas ou comprometimento da qualidade dos produtos.
- 4.4. Adicionalmente, a contratação em lote único proporciona ganhos operacionais e administrativos, tais como:
- 4.4.1. Otimização dos processos de fiscalização, acompanhamento e gestão contratual, com redução de custos operacionais e administrativos para a Administração Pública;
- 4.4.2. Racionalização dos processos de controle de qualidade, visto que a gestão de produtos provenientes de múltiplos fornecedores ampliaria significativamente a complexidade e o risco de falhas na rastreabilidade dos insumos;
- 4.4.3. Possibilidade de obtenção de melhores condições comerciais, tanto em termos de preço quanto de prazos e garantias, em virtude dos ganhos de escala proporcionados pela concentração da demanda.
- 4.5. Portanto, considerando as especificidades técnicas dos produtos, os riscos operacionais do fracionamento, a logística de fornecimento descentralizado, os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, conclui-se pela **inviabilidade técnica e operacional do parcelamento do objeto**, recomendando-se que a contratação ocorra na modalidade de **lote único**, conforme fundamentação técnica apresentada no Estudo Técnico Preliminar - ETP 718/2024 (174369791), que integra este Termo de Referência como apêndice.

**5. TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

- 5.1. Para a presente contratação, **não se aplica a concessão dos benefícios de tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, do art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, bem como do art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, pelos seguintes fundamentos:
- 5.2. O objeto deste Termo de Referência é considerado **indivisível do ponto de vista técnico e operacional**, haja vista a necessidade de assegurar a **padronização dos meios de cultura microbiológicos** em toda a rede de laboratórios da SES/DF, evitando a utilização de produtos provenientes de diferentes fornecedores, o que comprometeria diretamente a reprodutibilidade dos exames, a rastreabilidade dos processos e a segurança dos diagnósticos laboratoriais.
- 5.3. Além disso, o modelo de fornecimento estabelecido, com **entregas descentralizadas diretamente nas 17 unidades laboratoriais da rede, sob demanda e com frequência mensal**, demanda que a empresa contratada possua capacidade logística estruturada, abrangente e comprovada, de modo a assegurar o cumprimento dos prazos, das condições de transporte e da integridade dos produtos até o destino final.
- 5.4. O fracionamento do objeto, para permitir a participação exclusiva ou a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, implicaria:
- 5.4.1. Risco elevado de comprometimento da continuidade e da qualidade dos serviços laboratoriais;
- 5.4.2. Aumento da complexidade operacional e administrativa, especialmente nas etapas de fiscalização, recebimento, controle de qualidade e gestão contratual;
- 5.4.3. Desigualdade no fornecimento entre as unidades da rede, com impacto direto na assistência aos usuários do SUS;
- 5.4.4. Possibilidade de ocorrência de heterogeneidade técnica entre os insumos, comprometendo a segurança clínica e epidemiológica.
- 5.5. Assim, diante da **inviabilidade técnica e operacional do fracionamento do objeto**, e considerando que tal fracionamento comprometeria a economicidade, a eficiência e a segurança da prestação dos serviços públicos, **não será aplicado o tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte nesta contratação**, conforme fundamentação constante no Estudo Técnico Preliminar - ETP 718/2024 (174369791), apêndice deste Termo de Referência.

**6. FORMALIZAÇÃO DA COMPRA/CONTRATAÇÃO**

- 6.1. A presente compra/contratação se formalizará a partir de termo contratual.
- 6.2. VIGÊNCIA CONTRATUAL: A vigência inicial do contrato será de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, podendo ser **prorrogada por períodos sucessivos**, até o limite máximo de **120 (cento e vinte) meses**, conforme disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3. A presente contratação caracteriza-se como **fornecimento continuado**, em virtude da necessidade permanente e ininterrupta de suprimento de insumos essenciais às atividades dos laboratórios da rede SES/DF, destinados à realização de exames microbiológicos imprescindíveis à assistência à saúde pública.
- 6.4. EXECUTOR DO CONTRATO: Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da SES/DF, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexadas ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.
- 6.5. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (art. 2º do Decreto n.º 37.121/2016), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras de reajuste conforme art. 92 e demais cláusulas que serão aplicadas nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 7.1. SUSTENTABILIDADE

7.1.1. O risco ambiental apresentado pelos bens objeto deste processo está relacionado a produção de Resíduos de Serviços de Saúde, definidos pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018 como "todos os resíduos resultantes das atividades exercidas pelos geradores de resíduos de serviços de saúde", compreendidos como "todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal".

7.1.2. Assim, a fim de mitigar os riscos ambientais inerentes aos bens a serem adquiridos esta SES/DF procederá com a adoção das medidas necessárias para o correto gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde gerados, em conformidade com a RDC supramencionada e com o PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE implementado no âmbito desta Secretaria.

7.1.3. A empresa contratada deverá observar, rigorosamente, todas as exigências legais, regulamentares e técnicas aplicáveis ao fornecimento dos meios de cultura microbiológicos prontos para uso, especialmente aquelas relacionadas à qualidade, segurança, rastreabilidade e conformidade sanitária, incluindo:

7.1.3.1. Registro sanitário junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando aplicável, conforme a legislação vigente;

7.1.3.2. Observância das Boas Práticas de Fabricação (BPF), de acordo com a RDC nº 665/2022 e demais normas correlatas;

7.1.3.3. Conformidade com as diretrizes do BRCast e, quando pertinente, com normas internacionais (CLSI, EUCAST) para os meios destinados a testes de sensibilidade a antimicrobianos;

7.1.3.4. Fornecimento de produtos com composição físico-química e microbiológica compatíveis com as finalidades previstas, acompanhados de laudos de controle de qualidade e demais documentações técnicas exigidas neste Termo de Referência.

7.1.4. A empresa contratada deverá assegurar que todas as etapas do fornecimento — fabricação, armazenamento, transporte e entrega — sejam realizadas em estrita conformidade com os requisitos sanitários, garantindo a integridade, a qualidade e a segurança dos produtos até o momento da entrega nas unidades laboratoriais.

7.1.5. A contratação também deve observar os princípios e diretrizes de sustentabilidade, considerando os potenciais impactos ambientais e sanitários inerentes ao ciclo de vida dos produtos fornecidos.

7.1.6. Os meios de cultura microbiológicos, após sua utilização, geram Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como resíduos perfurocortantes ou contaminantes biológicos, conforme definido na Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 222, de 28 de março de 2018.

7.1.7. A responsabilidade pelo gerenciamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados a partir do uso dos produtos contratados será das unidades laboratoriais da rede SES/DF, as quais deverão adotar as medidas necessárias conforme as normas sanitárias e ambientais vigentes e o respectivo Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS implementado no âmbito da SES/DF.

7.1.8. A contratada deverá, sempre que possível, adotar práticas de sustentabilidade no processo de fornecimento, tais como:

7.1.8.1. Utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis;

7.1.8.2. Minimização de materiais e resíduos de embalagens;

7.1.8.3. Otimização das rotas logísticas para redução de emissões e consumo de combustível;

7.1.8.4. Cumprimento das legislações ambientais e sanitárias aplicáveis ao transporte de produtos sujeitos a controle sanitário.

7.1.9. A presente contratação está alinhada com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme previsto no Decreto Distrital nº 44.330/2023, e deverá observar, no que couber, as políticas públicas de promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

## 7.2. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA E/OU AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PRODUTO

7.2.1. Para a presente contratação será exigida, obrigatoriamente, a apresentação de **catálogos, fichas técnicas, bulas e/ou demais documentos relacionados ao objeto**, para fins de análise e comprovação técnica dos produtos ofertados.

7.2.2. A documentação deverá ser apresentada **no momento do cadastramento da proposta**, conforme disposto neste Termo de Referência, e será analisada pela área técnica competente, que emitirá parecer técnico conclusivo quanto à aceitabilidade dos produtos, com base nos critérios objetivos estabelecidos neste instrumento.

7.2.3. **A critério da área técnica responsável**, poderá ser solicitada a apresentação de **amostras e/ou a realização de testes de desempenho** para fins de avaliação conclusiva dos produtos.

7.2.4. Para permitir a adequada avaliação técnica e a garantia da qualidade dos produtos a serem contratados, as empresas licitantes classificadas provisoriamente em primeiro lugar deverão apresentar, quando solicitadas, as seguintes quantidades mínimas de amostras por item ofertado:

7.2.4.1. Meios sólidos (placas): pelo menos 30 (trinta) unidades de cada tipo de meio;

7.2.4.2. Meios líquidos (tubos ou frascos): pelo menos 15 (quinze) unidades de cada tipo de meio.

7.2.5. Este quantitativo visa garantir a realização de análises físicas, visuais e microbiológicas, conforme as boas práticas recomendadas pelas normas internacionais **ISO 11133, CLSI M22** e as diretrizes nacionais do **BRCast**.

7.2.6. As amostras deverão ser entregues com as seguintes características:

7.2.6.1. Produtos dentro do prazo de validade vigente, com mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias até a expiração, salvo justificativa técnica aceita pela área competente;

7.2.6.2. Devidamente identificadas, preferencialmente com etiqueta autocolante, contendo: nome da empresa, CNPJ, número do edital e processo, nome e contato do responsável, além do número do item ao qual se referem;

7.2.6.3. Acondicionadas de forma a garantir a integridade, protegendo o material contra luz, umidade, poeira, contaminação e quaisquer outros fatores que possam comprometer sua qualidade;

7.2.6.4. Acompanhadas de **bulas, rótulos ou catálogos** que contenham a descrição detalhada do produto ofertado, preferencialmente em língua portuguesa.

7.2.7. Não serão aceitas amostras que apresentem avarias, defeitos, danos ou que não atendam rigorosamente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2.8. A avaliação de eventual pedido de prorrogação para o recebimento da(s) amostra(s) será realizada pelo operador do sistema de compras/contratação, desde que o produto esteja comprovadamente em trânsito.

7.2.8.1. Para tanto, o fornecedor deverá apresentar comprovação de que a postagem da(s) amostra(s) foi realizada dentro do prazo estabelecido, mediante envio do código de rastreamento e da comprovação do andamento da entrega, os quais deverão ser encaminhados para o seguinte endereço eletrônico institucional: ccomp.daq@saude.df.gov.br.

7.2.9. As amostras enviadas serão avaliadas segundo os seguintes critérios técnicos, com base em normas nacionais/internacionais de controle de qualidade de meios de cultura:

7.2.10. **Avaliação física e visual:**

7.2.10.1. Integridade e conformidade das embalagens;

7.2.10.2. Legibilidade e correção dos rótulos (nome do produto, número do lote, validade, composição e condições de armazenamento);

7.2.10.3. Aparência física: ausência de rachaduras, desidratação, contaminação, precipitados ou alterações de cor.

7.2.11. **Avaliação microbiológica:**

7.2.11.1. Teste de esterilidade: assegurar a ausência de contaminantes;

7.2.11.2. Teste de produtividade: verificar a capacidade do meio de suportar o crescimento adequado dos microrganismos de referência ou de controle, conforme sua finalidade;

7.2.11.3. Teste de seletividade: assegurar que o meio iniba ou favoreça seletivamente determinados grupos de microrganismos, quando aplicável;

7.2.11.4. Teste de diferencialidade: verificar se o meio permite diferenciar adequadamente microrganismos através de alterações típicas (cor, morfologia);

7.2.11.5. Teste de inibição: confirmar a ausência de substâncias inibitórias que possam comprometer o crescimento de microrganismos não-alvo;

7.2.11.6. Teste de funcionalidade: para meios empregados em testes específicos, como antibiograma, comprovar que atendem aos parâmetros técnicos recomendados, como difusão adequada de antimicrobianos.

7.2.12. A avaliação será conduzida pela equipe técnica especializada da SES/DF, de forma padronizada e objetiva, conforme o **Protocolo de Avaliação de Amostras – Apêndice IV** deste Termo de Referência.

7.2.13. O não atendimento aos critérios de qualidade, segurança e desempenho estabelecidos neste Termo de Referência implicará na **desclassificação da proposta**, com consequente convocação da proposta subsequente.

7.2.14. O licitante será **responsável integralmente** pelo envio e retirada das amostras não aprovadas, bem como pelos custos decorrentes do transporte e da disponibilização das condições necessárias para a realização de testes.

7.2.15. As amostras **não aprovadas** deverão ser retiradas pelo fornecedor no prazo máximo de **7 (sete) dias úteis** após a comunicação formal; o não cumprimento implicará o **descarte pela Administração**, sem direito a ressarcimento.

7.2.16. As amostras **aprovadas** poderão ser destinadas às unidades competentes da SES/DF, para fins de **análise comparativa dos produtos entregues**, não sendo devolvidas ao fornecedor.

7.2.17. O licitante deverá disponibilizar, sem ônus, manuais ou instruções técnicas necessárias ao correto manuseio dos produtos ofertados.

7.2.18. A apresentação de amostras **não substitui** a obrigação do fornecedor de garantir, durante toda a vigência contratual, a entrega de produtos que **mantenham a mesma qualidade, especificação e conformidade** das amostras aprovadas.

7.2.19. A **não apresentação ou a reprovação** das amostras, conforme avaliação técnica, implicará na **desclassificação da proposta**, conforme previsto na legislação vigente.

7.3. SUBCONTRATAÇÃO

7.3.1. **É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto principal** contratado, qual seja, o fornecimento dos meios de cultura microbiológicos prontos para uso, destinados às unidades laboratoriais da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

7.3.2. Será **admitida a subcontratação exclusiva de serviços acessórios de transporte e logística**, desde que a empresa contratada:

7.3.2.1. Assuma integralmente a responsabilidade pela execução adequada, segura e tempestiva das entregas, bem como pela preservação da qualidade e integridade dos produtos durante todas as etapas do transporte até o recebimento final pelas unidades laboratoriais;

7.3.2.2. Garanta que a empresa subcontratada para o transporte atenda a todos os requisitos técnicos e sanitários previstos neste Termo de Referência, especialmente quanto às condições de acondicionamento, temperatura, umidade, segurança e rastreabilidade dos produtos transportados;

7.3.2.3. Comunique previamente à Administração a eventual subcontratação e mantenha atualizados os registros e informações relativos à execução do serviço, sempre que solicitado pela fiscalização contratual.

7.3.3. A subcontratação prevista no item anterior não afasta ou reduz a **responsabilidade exclusiva e integral da empresa contratada** quanto à plena execução do objeto e ao atendimento de todas as obrigações contratuais.

7.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.4.1. Não será exigida **garantia contratual** para a presente contratação, tendo em vista a natureza do objeto, o seu fornecimento sob demanda, o modelo de pagamento condicionado à comprovação da entrega efetiva e a avaliação de que os riscos envolvidos são compatíveis com a não exigência de garantia, conforme permitido pelo art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO

7.5.1. As empresas que se sagrarem vencedoras deverão apresentar a documentação abaixo, conforme prevê a Lei nº 9.782/99, a Lei nº 6.437/77 e suas atualizações, e em atendimento às Decisões do TCDF nº 1.475/2015 e 2.731/2015:

7.5.1.1. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ou Autorização Especial (AE), quando aplicável, com comprovação da publicação no Diário Oficial da União (DOU) ou espelho de consulta no portal da ANVISA.

7.5.1.2. Certificado de Registro de Produto, válido e regular, conforme disposições da RDC nº 185/2001 e RDC nº 36/2015, para produtos de diagnóstico in vitro, quando aplicável.

7.5.1.3. Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) vigente, conforme disposto na **Lei nº 5.991/1973** e regulamentado pelo **Decreto nº 74.170/1974**.

7.5.1.4. Conformidade com BRCast: Para meios utilizados em testes de sensibilidade a antimicrobianos, deve ser comprovada a aderência às recomendações do Comitê Brasileiro de Testes de Sensibilidade aos Antimicrobianos – BRCast.

7.5.1.5. Boas Práticas de Fabricação (BPF): Comprovação do cumprimento das diretrizes previstas na RDC nº 665/2022.

7.5.1.6. **Certificações de Qualidade:** Preferencialmente (mas não obrigatórias), apresentação de **certificações ISO 13485** (Gestão da Qualidade para Produtos Médicos) e **ISO 9001** (Gestão da Qualidade).

7.5.1.7. **Laudos de Controle de Qualidade**, atualizados, contendo, no mínimo, os seguintes ensaios:

- a) Testes de **esterilidade**;
- b) Testes de **crescimento positivo e negativo**;
- c) Testes de **produtividade** para microrganismos-alvo;
- d) Testes de **seletividade, diferencialidade e inibição**, quando aplicável.

7.5.2. A apresentação de qualquer documento relacionado à regularidade sanitária ou à qualidade técnica dos produtos é condição essencial para a assinatura e execução do contrato, sob pena de aplicação das **penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021** e no **Decreto Distrital nº 44.330/2023**.

7.5.3. Os documentos acima indicados são referenciados a partir de indicação no subitem 4.1.2 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 8.1. PRAZO DE ENTREGA

8.1.1. A relação de meios de cultura e os respectivos quantitativos constantes na **tabela anexa a este Termo de Referência** representam apenas uma **estimativa de consumo**, elaborada com base no histórico de utilização e na previsão de necessidade da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

8.1.2. O fornecimento ocorrerá **sob demanda**, mediante solicitações mensais consolidadas pelo Executor do Contrato, conforme o fluxo operacional descrito neste Termo de Referência.

8.1.3. A Administração **não se obriga** a adquirir o quantitativo total estimado, podendo as quantidades efetivamente solicitadas **ser inferiores**, dependendo da necessidade administrativa e da disponibilidade orçamentária.

8.1.4. A contratada declara ter **plena ciência** desta condição e de que a não solicitação da totalidade dos itens estimados **não caracteriza inadimplemento contratual**, tampouco gera direito a qualquer tipo de **indenização ou compensação**.

8.1.5. O contrato será executado conforme a demanda real, respeitando as condições, os prazos e os preços estabelecidos, observando-se os limites da **vigência contratual** e da **dotação orçamentária**.

8.1.6. Para garantir o fornecimento contínuo e eficiente dos meios de cultura às unidades laboratoriais da rede pública da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, será adotado o seguinte modelo de execução do objeto:

8.1.6.1. **Primeira entrega:** A contratada deverá realizar a primeira entrega com quantitativo suficiente para suprir o consumo de cada unidade por um período de dois meses, conforme demanda específica apresentada pelo Executor do Contrato. Os meios de cultura entregues nesta remessa deverão possuir prazo de validade superior ao mínimo exigido nas demais entregas, sendo obrigatoriamente de, no mínimo, 75% da validade total ou 60 (sessenta) dias corridos, o que for maior. Essa entrega inicial é fundamental para garantir o estoque técnico necessário e assegurar a continuidade dos serviços laboratoriais.

8.1.6.2. No início da vigência do contrato, o Executor do Contrato deverá entregar à contratada um cronograma preliminar de entregas, com previsão de ocorrência mensal, contendo os quantitativos estimados de meios de cultura por unidade laboratorial. A primeira entrega terá como base esse cronograma. As entregas subsequentes, no entanto, ocorrerão de acordo com as demandas reais de cada unidade, mediante solicitações mensais conforme fluxo definido neste Termo de Referência.

8.1.6.3. **Entregas subsequentes:** As entregas mensais subsequentes ocorrerão conforme o seguinte fluxo. Todos os meios de cultura entregues nestas remessas deverão possuir prazo de validade de no mínimo 50% da validade total ou 45 (quarenta e cinco) dias corridos, o que for maior, a partir da data de entrega.

Etapa	Descrição	Responsável	Prazo Máximo
1	Envio da solicitação interna de quantitativos por formulário padronizado	Responsável técnico de cada laboratório	Até o dia 5 de cada mês
2	Consolidação das solicitações e envio do pedido à contratada	Executor do contrato	Até o dia 10 de cada mês
3	Abertura de processo SEI para a entrega e inserção dos comprovantes pelas unidades	Executor do contrato e unidades laboratoriais	Abertura: logo após o envio do pedido à contratada / Anexação: até 3 dias após o recebimento
4	Entrega dos meios de cultura em cada unidade laboratorial	Contratada	Até 15 dias corridos após recebimento do pedido
5	Preenchimento do Comprovante de Entrega (em duas vias: contratada e contratante) e verificação da conformidade da entrega	Responsável técnico de cada unidade	Imediato ao recebimento
6	Envio do Comprovante de Entrega digitalizado ao Executor do Contrato	Responsável técnico da unidade laboratorial	Até 3 dias corridos após o recebimento
7	Lançamento do processo de pagamento após conferência e inserção do atesto	Executor do contrato	Conforme fluxo interno da SES/DF



8.1.6.4. **Comprovante de entrega:** O documento denominado "comprovante de entrega" deverá ser apresentado em duas vias, sendo uma da empresa contratada e outra da unidade recebedora. O tipo e formato deste documento serão de responsabilidade da empresa contratada, devendo conter, no mínimo, as mesmas informações exigidas para a Nota Fiscal. Além disso, o comprovante deverá ser individualizado por unidade, contendo a identificação e descrição da unidade destinatária e a relação completa dos meios de cultura entregues com os respectivos quantitativos.

8.1.6.5. **Procedimentos administrativos do executor:** Caberá ao Executor do Contrato abrir, logo após o envio do pedido consolidado à contratada, processo SEI do tipo "Aquisição: Material Médico Hospitalar" para cada entrega realizada. Este processo deverá conter memorando inicial com, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Descrição do contrato e objeto;
- b) Número do contrato e número do processo SEI relacionado;
- c) Vigência do contrato (data de início e término);
- d) Identificação do PAM (Pedido de Aquisição de Material) e da AFM (Autorização de Fornecimento de Material), quando aplicáveis;
- e) Número ordinal da entrega (1ª, 2ª, 3ª, etc.);

8.1.7. O memorando será enviado via processo para cada unidade solicitante, que deverá anexar ao processo o comprovante de entrega digitalizado, devidamente preenchido e assinado, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos após o recebimento da remessa.

8.1.8. Após todos os laboratórios que solicitaram meios de cultura na respectiva entrega anexarem os comprovantes de entrega ao processo SEI, o Executor do Contrato deverá realizar a conferência e inserir o documento "Atesto". Esse atesto deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- 8.1.8.1. Referência à nota fiscal, com todos os seus dados identificadores;
- 8.1.8.2. Relação de todos os comprovantes de entrega anexados, com indicação das datas de entrega, unidades recebedoras e respectivos quantitativos;
- 8.1.8.3. Verificação do cumprimento dos prazos de validade dos produtos conforme os termos contratuais;
- 8.1.8.4. Verificação do cumprimento dos prazos de entrega previstos;
- 8.1.8.5. Conferência da conformidade entre os valores apresentados na nota fiscal, os quantitativos entregues e os valores contratuais de cada item.

8.1.9. Este fluxo visa assegurar a rastreabilidade de cada entrega e o correto acompanhamento da execução contratual, promovendo transparência e eficiência na gestão do fornecimento.

## 8.2. DA LOCAL DE ENTREGA

8.2.1. As entregas dos meios de cultura microbiológicos deverão ser realizadas **diretamente nas unidades laboratoriais** da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, conforme a relação de endereços constante na tabela abaixo.

8.2.1.1. As entregas deverão ocorrer, obrigatoriamente, **de segunda a sexta-feira**, no horário das **08 às 12 horas** e das **13 às 17 horas**.

8.2.1.2. A contratada será responsável por garantir que as entregas ocorram no **local exato**, dentro do prazo estabelecido, mediante a entrega dos produtos ao **responsável técnico designado** por cada unidade, que deverá realizar a conferência e assinatura do **recibo de entrega**.

8.2.1.3. Eventuais alterações nos endereços ou responsáveis das unidades laboratoriais serão formalmente comunicadas pela Administração, sem que isso implique na necessidade de aditamento contratual ou geração de custos adicionais para a contratada.

### LOCAIS DE ENTREGA - LABORATÓRIOS HOSPITALARES

LABORATÓRIO HOSPITALAR	ENDEREÇO
Hospital Regional de Brazlândia – HRBz	Área Especial nº 1 - Setor Tradicional, CEP: 72.720-901, Brazlândia - DF
Hospital Regional do Guará – HRGU	Área Especial – QI O6 Lote “C”, CEP: 71.010- 900, Guará I - DF
Hospital de Apoio de Brasília - HAB	AENW 3 lote A CEP: 70.684-831, Setor Noroeste
Hospital Regional Asa Norte – HRAN	Setor Médico Hospitalar Norte, Quadra 101- Área Especial, CEP: 70.710-905, Asa Norte - DF
Hospital Regional da Ceilândia – HRC	QNM 27 Área Especial 1 QNM 28, CEP: 72.215-270, Ceilândia – DF
Hospital Regional Leste – HRL	Quadra 2, Conjunto K, Lote 1, Área Especial Hospitalar, CEP: 71.570-130, Paranoá – DF
Hospital Regional de Planaltina – HRPL	Av. WL4 Área Especial, Setor Hospitalar Planaltina, CEP: 73.310- 000, Planaltina – DF
Hospital Regional de Sobradinho – HRS	Q 12 Conjunto B Lote 38, CEP: 73.010-120, Sobradinho – DF
Hospital Regional da Samambaia – HRSAM	QS 614 Conjunto C Lotes 1/2, CEP: 72.322-583, Samambaia – DF
Hospital Regional de Taguatinga– HRT	Setor C Norte, Área Especial 24, CEP: 72.115-902, Taguatinga Norte – DF
Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB	SGAS Av. L2 Sul Quadra 608 Módulo A, CEP: 70203 -900, Asa Sul - DF
Hospital Regional do Gama – HRG	Área Especial 1, Setor Central, CEP: 72.405-901, Gama – DF

### LOCAIS DE ENTREGA - LABORATÓRIOS AMBULATORIAIS

LABORATÓRIO AMBULATORIAL	ENDEREÇO
Laboratório Regional do Guará (LRGU)	QE 23, Guará II, Brasília/DF, CEP: 71.025-000, Guará II - DF
Laboratório Regional de Ceilândia (LRC)	EQNP 11/7, Setor P Norte, CEP: 72240-540, Ceilândia - DF
Unidade Mista de Taguatinga (UMST)	C 12 Área Especial nº 01, CEP: 72010-120, Taguatinga Centro - DF
Unidade Mista de São Sebastião	Avenida Comercial, n.º 10, CEP: 71.691-006, São Sebastião - DF

### LOCAIS DE ENTREGA - LABORATÓRIO CENTRAL

LABORATÓRIO	ENDEREÇO
Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN)	Lotes O e P Sgan 601, CEP 70830-010, Asa Norte - DF

## 8.3. CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E ENTREGA

8.3.1. Os produtos do Termo de Referência não poderão ser encaminhados via Correios.

- 8.3.2. Os produtos deverão ser transportados por empresa autorizada e licenciada por órgão sanitário.
- 8.3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado conforme especificação das condições de armazenamento definidas pelo fabricante, devendo haver um sistema de monitoramento de temperatura que possa ser verificado no recebimento.
- 8.3.4. As empresas fornecedoras deverão observar as condições de guarda, armazenamento e transporte dos produtos de modo a não afetar sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, sua esterilidade.
- 8.3.5. Os produtos entregues deverão estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.
- 8.3.6. A contratada será **integralmente responsável** pela logística de transporte e entrega dos produtos, desde a saída de seus estoques até o recebimento final pelas unidades laboratoriais, devendo garantir:
- 8.3.6.1. Acondicionamento adequado dos produtos, compatível com as especificações técnicas e sanitárias de cada meio de cultura, de forma a preservar sua integridade, estabilidade e esterilidade até o momento da entrega;
- 8.3.6.2. Controle rigoroso de temperatura e umidade, conforme exigência específica de cada produto, mediante o uso de embalagens e equipamentos apropriados, que assegurem o não comprometimento da qualidade dos meios de cultura;
- 8.3.6.3. Proteção contra agentes físicos, químicos e biológicos que possam comprometer a qualidade ou a segurança do produto, durante todas as etapas do transporte;
- 8.3.6.4. Entregas realizadas por pessoal qualificado, que tenha conhecimento das boas práticas de transporte de produtos para uso laboratorial, bem como do protocolo de entrega definido pela Administração;
- 8.3.6.5. Entrega **direta e individualizada** em cada uma das **17 (dezesete) unidades laboratoriais**, conforme os prazos e fluxos definidos neste Termo de Referência.
- 8.3.7. A contratada poderá, conforme necessidade e conveniência operacional, subcontratar serviços **acessórios de transporte**, desde que previamente informados e que atendam integralmente às condições técnicas e sanitárias aqui estabelecidas, sem prejuízo de sua **responsabilidade integral** pela entrega adequada dos produtos.

#### 8.4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 8.4.1. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021** e na regulamentação distrital vigente:
- 8.4.1.1. Recebimento provisório: no ato da entrega, pelo responsável técnico da unidade laboratorial, que realizará a conferência do quantitativo, da integridade física das embalagens, do prazo de validade e das condições de armazenamento e transporte do produto.
- 8.4.1.2. Recebimento definitivo: após a confirmação da conformidade dos produtos entregues, que será formalizada mediante a assinatura do **recibo de entrega**, documento que será utilizado como base para o **processamento do pagamento**.
- 8.4.2. No ato do recebimento, a unidade deverá verificar, obrigatoriamente:
- 8.4.2.1. A conformidade do quantitativo entregue em relação ao solicitado;
- 8.4.2.2. A adequação das condições físicas (integridade das embalagens, ausência de avarias ou contaminação);
- 8.4.2.3. A conformidade da rotulagem, contendo no mínimo: nome do produto, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, condições de armazenamento e identificação do fabricante;
- 8.4.2.4. O atendimento aos prazos mínimos de validade, conforme estabelecido neste Termo de Referência:
- a) Para a primeira entrega: prazo de validade **não inferior a 75%** do total estabelecido pelo fabricante, ou, alternativamente, **mínimo de 2 (dois) meses**, o que for maior;
- b) Para as entregas subsequentes: prazo de validade **não inferior a 50%** do total estabelecido pelo fabricante, e **nunca inferior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, o que for maior.
- 8.4.3. Os materiais deverão conter, em suas embalagens primárias, de forma clara e legível: Descritivo do produto, Número do lote, Data de validade e Nome comercial, quando houver.
- 8.4.4. Todos os produtos deverão apresentar, em suas embalagens primárias e/ou secundárias, a expressão: “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO”, a ser afixada mediante etiquetas invioláveis ou carimbos irremovíveis.
- 8.4.5. No caso de embalagens estéreis, não serão aceitos carimbos alcoólicos, de forma a garantir a não violação do processo de esterilização.
- 8.4.6. Para fins deste Termo de Referência, considera-se:
- 8.4.6.1. Etiqueta inviolável: aquela que, quando removida, fornece uma real evidência da violação.
- 8.4.6.2. Carimbo irremovível: aquele que, mesmo sob **atrito ou fricção**, não se apaga sem **danificar a embalagem**.
- 8.4.7. A **Nota Fiscal** deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:
- 8.4.7.1. Identificação do material e seu respectivo nome comercial (quando houver);
- 8.4.7.2. Número do lote, data de fabricação e validade;
- 8.4.7.3. Unidade de fornecimento e quantidade discriminada por lote;
- 8.4.7.4. Valor unitário e valor total;
- 8.4.7.5. Número do empenho, número do processo SEI, número da Ata de Registro de Preços (quando houver), Dispensa de Licitação ou Contrato Administrativo;
- 8.4.7.6. Número da Autorização de Fornecimento de Material – AFM;
- 8.4.7.7. Quando se tratar de entrega parcelada, deverá ser indicado o número correspondente à entrega: (ex.: “1ª entrega”, “2ª entrega”, e assim sucessivamente).
- 8.4.8. Todos os **meios de cultura ofertados** devem atender aos requisitos específicos de qualidade, segurança e eficácia, conforme descrito neste Termo de Referência e detalhado no **Estudo Técnico Preliminar**, especialmente quanto a:

- 8.4.8.1. Ágar Mueller-Hinton: obrigatória a conformidade com o BRCast para assegurar resultados precisos em testes de sensibilidade a antimicrobianos;
- 8.4.8.2. Ágares MacConkey, SS e CLED: formulação adequada para isolamento e diferenciação precisa de enterobactérias;
- 8.4.8.3. Ágares Cromogênicos (leveduras, *Enterococcus*, MRSA, carbapenemase): demonstrar alta sensibilidade e especificidade, minimizando riscos de falsos positivos ou negativos;
- 8.4.8.4. Caldo Todd Hewitt e Caldo BHI: assegurar enriquecimento apropriado para isolamento de microrganismos fastidiosos;
- 8.4.8.5. Ágares Sangue e Chocolate: assegurar presença de nutrientes essenciais sem agentes inibidores, especialmente para microrganismos fastidiosos como *Haemophilus spp.* e *Neisseria spp.*.

8.4.9. Como as entregas serão realizadas sob demanda e os itens possuem prazo de validade curto, não será necessária a apresentação de carta de compromisso de troca em caso de vencimento.

8.4.10. Entretanto, a contratada deverá apresentar, em todas as entregas, uma carta de compromisso de troca, assumindo a responsabilidade pela substituição imediata e sem ônus para a Administração e com frete suportado pela contratada, considerando os mesmos critérios e exigências para as demais entregas, em caso de:

- 8.4.10.1. Entrega de produtos fora dos padrões especificados;
- 8.4.10.2. Entrega de produtos danificados, avariados ou com inconformidades;

8.4.11. A troca dos produtos deverá ser realizada pela contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação formal da não conformidade pela unidade ou pelo Executor do Contrato.

8.4.12. O não **atendimento às condições de transporte, entrega e recebimento** sujeitará a contratada às **sanções previstas** na legislação vigente e neste Termo de Referência, podendo, ainda, acarretar a **rescisão contratual** nos casos de descumprimento reiterado ou grave.

## 9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.0.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.0.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.0.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.0.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.0.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.0.6. O contrato contemplará cláusulas que disciplinem:

- 9.0.6.1. A periodicidade das entregas, conforme solicitação sob demanda das unidades laboratoriais;
- 9.0.6.2. A forma de pagamento, condicionada ao recebimento definitivo dos produtos;
- 9.0.6.3. O regime de garantias, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.0.6.4. As hipóteses de revisão, repactuação, reajuste e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, conforme previsão legal e contratual.

### 9.1. PREPOSTO

9.1.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9.1.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### 9.2. FISCALIZAÇÃO

9.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133 de 2024, art. 117, caput).

9.2.2. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

### 9.3. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

9.3.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 44.330, art. 24, VI).

9.3.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.3.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, quando for o caso.

9.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.3.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

#### 9.4. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.4.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.4.3. O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que compro cumprimento das exigências de caráter administrativo (Decreto 44.330/2023, art. 25, VII).

#### 9.5. GESTOR DO CONTRATO

9.5.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.5.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.5.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.5.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.5.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.5.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.5.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto 44.330/2023, art. 23, V).

### 10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### 10.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por servidor atuante na unidade do Local de Entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no saldo do prazo inicialmente estipulado para tanto, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3. O recebimento técnico caberá à Área Técnica responsável pela contratação, e ocorrerá no prazo de 3 dias úteis a contar do recebimento provisório, mediante atesto da nota fiscal, §3º do art. 73, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

10.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis a contar do recebimento técnico, mediante processamento dos dados do recebimento no sistema eletrônico de gestão de materiais da SES/DF, §3º do art. 72, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

10.1.5. O prazo para recebimento técnico poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### 10.2. LIQUIDAÇÃO

10.2.1. A liquidação e pagamento das despesas oriundas da compra/contratação pretendida, são precedidos dos procedimentos de recebimento provisório, técnico e definitivo.

10.2.2. Para fins de liquidação e pagamento, das despesas oriundas da compra/contratação, considerar-se-á o atesto na nota de fiscal previsto para o recebimento provisório, como parâmetro do estabelecimento da ordem cronológica para pagamento.

**10.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

10.3.1. O pagamento à contratada deverá ser realizado em prazo máximo de 30 dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas orçamentárias e financeiras do Distrito Federal, conforme disposto no Decreto nº 32.598/2010.

**11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR****11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.**

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO LOTE/ITEM**.

11.1.2. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 dias, contados da data de sua entrega.

11.1.3. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados.

11.1.4. Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

11.1.5. É indispensável o parecer técnico para os produtos deste Termo de Referência.

11.1.5.1. As propostas serão avaliadas, no requisito técnico, por servidores habilitados da Rede SES/DF, a serem indicados pela Gerência de Serviços de Apoio Diagnóstico (Gediag).

11.1.6. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SES/DF, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado.

11.1.7. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras.

11.1.8. A empresa deverá apresentar Declaração comprometendo-se a apresentar, no momento solicitado, a documentação relacionada no Apêndice II deste Termo de Referência.

**12. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA****12.1. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para fins de comprovação da qualificação técnica:**

12.1.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional**, em nome da licitante (matriz ou filial), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto desta licitação.

**13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

13.1. Os valores estimados para a compra/contratação serão balizados em momento posterior à elaboração deste Termo de Referência, pela área competente para tanto, conforme disposto no Decreto Distrital nº 39.546/2018 (Regimento Interno da SES/DF), seguindo à metodologia estipulada no Decreto distrital nº 44.330/2023 para pesquisa de preço.

**14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da SES/DF.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

14.2.1. Fonte de Recursos: 100;

14.2.2. Programa de Trabalho: 10.302.6202.4009.0002;

14.2.3. Elemento de Despesa: **309030**.

14.3. A modalidade de empenho para a compra/contratação será: **Ordinário**.

14.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**15. APÊNDICES**

Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar

Apêndice II - Declaração de Compromisso

Apêndice III - Termo de Compromisso de Troca

Apêndice IV - Protocolo de Avaliação de Amostras

**16. DAS ASSINATURAS**

Os responsáveis pela elaboração e aprovação deste Termo de Referência, não se enquadram na vedação do artigo 14º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Responsável pela consolidação das informações no Termo de Referência: Assessoria de Elaboração de Instrumentos de Contratação - ASSEIC/SULOG/SES.

Responsável da área técnica: Gerência de Serviços de Apoio Diagnóstico - GEDIAG/DUAEC/CATES/SAIS.

Autoridade Imediatamente Superior pela Aprovação do Termo de Referência:



Corroboro o presente Termo de Referência, em conformidade com o artigo 20, inciso XIX da Portaria 210/2017 - SES/DF.

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde - Sais/SES

Subsecretaria de Logística em Saúde - Sulog/SES

### **APÊNDICE I**

#### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

O **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR** que compõe o presente Termo de Referência, enquanto Apêndice, está registrado no **Documento SEI nº 174369791**. O teor do referido estudo não foi incluído no presente Termo de Referência pela incompatibilidade de formatos, uma vez que referido documento é o registro em formato PDF do documento incluído na plataforma ETP Digital, disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal (SIASGNET). A questão da incompatibilidade de formatos torna inviável a inclusão do ETP no presente documento, visto que o referido é extenso e a inclusão de todas as suas páginas inviabiliza os trabalhos de edição do Termo de Referência, ao menos nos "browsers" corriqueiramente utilizados.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que as avaliações de conformidade do Termo de Referência, considerando o ETP enquanto apêndice, poderão ser realizadas na análise conjunta dos documentos, uma vez que ambos constam na instrução processual. Ademais, não há prejuízo para a divulgação posterior do Edital de Licitação, uma vez que o Edital é divulgado também em formato de PDF e, portanto, ETP poderá ser incluído a parte ou em composição com o Edital.

### **APÊNDICE II**

#### **DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sua sede ou filial no Distrito Federal endereço \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, DECLARA QUE no caso de consagrar-se vencedor(a) do certame se compromete a entregar, no momento da assinatura do contrato ou ata, ou da emissão da nota de empenho para fornecimento do produto ou serviço objeto do certame, o Certificado de Registro de Produto, Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária), Conformidade com BRCAST, Boas Práticas de Fabricação (BPF), Validação e Laudos de Controle de Qualidade contendo todos os testes obrigatórios, quanto aplicáveis, sob pena de aplicação de penalidades previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Distrital nº 44.330/2023.

Informa-se, neste ato, os dados atualizados da empresa para a gestão dos pedidos de aquisição emitidos pela SES/DF:

Representante responsável \_\_\_\_\_

Sector da empresa responsável pela gestão dos pedidos \_\_\_\_\_

Telefone e e-mail do setor responsável \_\_\_\_\_

### **APÊNDICE III**

#### **TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA**

À  
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF  
(Unidade Gestora)

Ref.: **Carta de Compromisso de Troca — Fornecimento de Meios de Cultura Microbiológicos**

Prezados Senhores,

Na qualidade de representante legal da empresa (**nome da empresa**), inscrita no CNPJ sob o nº (**informar**), localizada à (**endereço completo**), e em atendimento às disposições constantes no **Termo de Referência** e no respectivo **instrumento contratual**, apresentamos, por meio desta, o **compromisso formal de realizar a troca imediata e sem ônus** para a Administração dos produtos fornecidos, nos seguintes casos:

1. Entrega de produtos fora dos **padrões especificados** no Termo de Referência e/ou edital;
2. Entrega de produtos **danificados, avariados ou com inconformidades** que comprometam sua utilização;
3. Entrega de produtos com **embalagens inadequadas**, violadas ou que não atendam às exigências de rotulagem e identificação.

Nos comprometemos a realizar a substituição dos produtos não conformes no **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da comunicação formal realizada pela unidade recebedora ou pelo Executor do Contrato, conforme previsto nas **Condições de Recebimento** deste Termo de Referência.

Adicionalmente, declaramos que temos ciência de que o **não cumprimento deste compromisso** poderá acarretar a aplicação das **sanções previstas** na legislação vigente, no edital e no contrato, inclusive a **rescisão contratual** e a aplicação de **multas administrativas**.

Por ser verdade e para que surta os devidos efeitos legais, firmamos a presente.

Atenciosamente,

(Nome do responsável legal)

(Cargo)

(Nome da empresa)

(CNPJ)  
(Assinatura)

**APÊNDICE IV**  
**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRA**

Item de Avaliação	Critério	Metodologia/Procedimento	Resultado Esperado	Conformidade (Sim/Não)
<b>1. Embalagem</b>	Integridade física	Inspeção visual das embalagens primária e secundária	Sem avarias, rachaduras, deformações ou sinais de violação	
	Rotulagem	Verificação das informações mínimas: nome do produto, número do lote, data de validade, nome comercial (quando houver), "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"	Todas as informações presentes e legíveis; selo inviolável ou carimbo irremovível	
	Embalagem estéril	Conferência da presença de carimbo inviolável e ausência de carimbo alcoólico	Integridade da embalagem; não violação do processo de esterilização	
<b>2. Prazo de Validade</b>	Validade mínima	Verificação documental e rotulagem	Superior a 45 dias e mínimo de 50% da validade total (ou, para a 1ª entrega: ≥75% ou 60 dias)	
<b>3. Aspecto Físico</b>	Aparência	Inspeção visual do meio: cor, homogeneidade, ausência de precipitados, rachaduras, desidratação ou contaminação visível	Aparência conforme especificação do produto	
<b>4. Esterilidade</b>	Ausência de contaminantes	Inoculação em meio de enriquecimento e incubação conforme protocolo	Ausência de crescimento microbiano após incubação	
<b>5. Produtividade</b>	Crescimento de microrganismos-alvo	Inoculação de cepas-teste padrão conforme especificação do meio	Crescimento adequado e característico	
<b>6. Seletividade</b>	Capacidade inibitória	Inoculação de cepas sensíveis e resistentes	Inibição ou favorecimento seletivo conforme a finalidade do meio	
<b>7. Diferencialidade</b>	Capacidade de diferenciação	Inoculação de diferentes microrganismos para observar coloração, morfologia ou outra característica diferencial	Diferenciação clara e conforme especificação	
<b>8. Inibição</b>	Ausência de inibição indesejada	Inoculação de microrganismos que não devem ser inibidos	Crescimento sem inibição indevida	
<b>9. Funcionalidade</b>	Testes específicos	Aplicação prática, ex.: teste de difusão de antimicrobianos conforme BRCAST (quando aplicável)	Desempenho conforme parâmetros técnicos aceitos	
<b>10. Documentação Regulatória</b>	Registro dos produtos	Apresentação dos documentos de registro na ANVISA e respectivas bulas, etc	Documento válido e regular	
<b>11. Observações adicionais</b>	Itens gerais	Itens gerais	Observações adicionais para situações não prevista no checklist	
<b>12. Parecer Final</b>	Resultado global	Análise consolidada da conformidade dos itens anteriores	Produto Aprovado ou Reprovado, com <b>Justificativa Técnica e Observações</b>	

**IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA**

Unidade:  
Setor:  
Data:  
Nome:

**ANEXO II**  
**PLANILHA CONSOLIDADA DE PREÇOS**

LOTE ÚNICO	ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA	TOTAL POR ITEM
	1	16050	381173	PLACA PRONTA PARA USO BIPARTIDA ÁGAR CLED / MAC CONKEY, Aplicação: identificação e isolamento microbiológico	UN	170.900	R\$ 2,4000	R\$ 410.160,0000
	2	20774	326355	PLACA PRONTA PARA USO AGAR MUELLER HINTON 90 X 15MM	UM	19.800	R\$ 2,8216	R\$ 55.867,6800
	3	23063	403658	AGAR SCREENING. Aplicação: teste screening de identificação microbiológica em meio de cultura. Características adicionais: agar screening cromogenico para identificação de bactérias produtoras de carbapenemase. Forma de apresentação: placas pronto uso. Prazo de validade: 75% do prazo de validade do produto.	UN	16.000	R\$ 7,0440	R\$ 112.704,0000

4	28702	356515	CALDO TODD HEWITT, meio de cultura líquido, com adição de Gentamicina e Ácido Nalidíxico.	UN	12.300	R\$ 3,8250	R\$ 47.047,5000
5	35265	413149	PLACA PRONTA PARA USO COM ÁGAR CROMOGÊNICO PARA ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE LEVEDURAS 90MM X 15MM	UN	10.500	R\$ 8,1000	R\$ 85.050,0000
6	36587	333750	ÁGAR CROMOGÊNICO VRE. PLACA PRONTA PARA USO COM ÁGAR CROMOGÊNICO E VANCOMICINA PARA ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE ENTEROCOCOS, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: 90X15MM. Aplicação (finalidade): MEIO CROMOGÊNICO SELETIVO DESTINADO A DETECÇÃO DE Enterococcus sp, RESISTENTE A VANCOMICINA (VRE). O MEIO DEVE SELECIONAR AS CEPAS RESISTENTES E REALIZAR A IDENTIFICAÇÃO COLORIMÉTRICA, DIFERENCIANDO AS ESPÉCIES E.faecium E E.faecalis PRESUNTIVA DO AGENTE DESCRITO. MEIO PRONTO EM PLACAS DE 90X15MM. UMA UNIDADE CORRESPONDE A UMA PLACA. Composição: Triptofano, Peptona, Agar Bacteriológico, Mistura Cromogênica, Vancomicina e Água Purificada. Características adicionais: A embalagem do produto deverá conter o número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e procedência. esterilização: estéril. Prazo de validade: No mínimo 75% da validade total registrada na embalagem do produto no momento da entrega. Embalagem: Pacote contendo 10 Placas de Petri na medida de 90 mm.	PC	16.000	R\$ 7,2500	R\$ 116.000,0000
7	36641	369809	MEIO DE CULTURA, TIPO: CALDO BHI, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: TUBO 13X100MM. Aplicação (finalidade): Destinado ao diagnóstico humano, o caldo BHI é utilizado na recuperação de microrganismos fastidiosos e não fastidiosos, incluindo bactérias aeróbicas e anaeróbicas e fungos. Composição: Infuso cérebro-coração, Peptona, Dextrose, Cloreto de sódio, Fosfato dissódico, Água Destilada q.s.p. Tamanho/Capacidade: Tubos de vidro transparente no tamanho 13X100mm, com tampa de rosca, contendo 5 mL de meio de cultura líquido. Características adicionais: A embalagem do produto deverá conter o número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e procedência. Estéril. Prazo de validade: No mínimo 75% da validade total registrada na embalagem do produto no momento da entrega.	UN	15.700	R\$ 3,9164	R\$ 61.487,4800
8	36790	412404	MEIO DE CULTURA SÓLIDO, PRONTO USO, CROMOGÊNICO, PARA IDENTIFICAÇÃO DE STREPTOCOCCUS AGALACTIAE (GRUPO B), PLACA 90 MM. Aplicação (finalidade): Isolamento e identificação de Streptococcus agalactiae (EGB) em mulheres durante o período gestacional. Composição: PACOTE CONTENDO UNIDADES DE MEIOS DE CULTURA, CROMOGÊNICO, EM PLACAS INDIVIDUAIS, DESCARTÁVEIS, COM 90 MM DE DIÂMETRO, PRONTO USO. Características adicionais: A embalagem do produto deverá conter o número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e procedência. Processo de esterilização: Estéril. Prazo de validade: No mínimo 75%	UN	12.300	R\$ 6,3000	R\$ 77.490,0000

				da validade total registrada na embalagem do produto no momento da entrega. Embalagem: Pacote contendo placas individuais				
	9	95273	326887	PLACA PRONTA PARA USO AGAR SANGUE	UA	71.200	R\$ 3,9067	R\$ 278.157,0400
	10	95277	326357	PLACA PRONTA PARA USO AGAR MAC CONKEY	UA	62.100	R\$ 2,9000	R\$ 180.090,0000
	11	95278	326806	PLACA PRONTA PARA USO AGAR CHOCOLATE	UA	44.400	R\$ 3,7500	R\$ 166.500,0000
	12	95279	379203	PLACA PRONTA PARA USO MRSA	UA	13.000	R\$ 6,4100	R\$ 83.330,0000
	13	95281	326803	PLACA PRONTA PARA USO AGAR SS	UA	2.500	R\$ 4,1450	R\$ 10.362,5000
<b>VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO</b>								<b>R\$ 1.684.246,2000</b>

**ANEXO III****DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019****M O D E L O**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**Observações:** Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

**ANEXO IV****CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL****M O D E L O****PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº /20\_\_**

(em papel timbrado da empresa)

**PROPONENTE:**..... **CNPJ:**.....

**ENDEREÇO:**..... **CIDADE:**.....

**TELEFONE:** ..... **BANCO:** ..... **AGÊNCIA:** ..... **CONTA CORRENTE:** .....

**PRAÇA DE PAGAMENTO:**.....

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL POR ITEM
<b>TOTAL GERAL</b>							

**OBS: Inclusão na Proposta das seguintes informações:**

- Descrição detalhada do item, COM INDICAÇÃO de todas as características dos produtos cotados, com especificações claras e detalhadas, nome comercial.
- Inclusão de toda e qualquer observação necessária ao conhecimento da SES/DF que complementem as especificações mínimas requeridas referentes aos produtos cotados.
- Preço unitário e total da proposta em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso.
- Declaração expressa de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, inclusive para a entrega dos

materiais no endereço indicado no Edital.

- Declaração expressa de estar de pleno acordo com todas as condições e obrigações constantes do edital e seus anexos.
- Prazo de validade da Proposta não inferior a 90 (noventa) dias.
- Prazo de entrega não superior a ----- (-----) dias corridos, contados na forma prevista no item 12 do Edital.
- Razão social, endereço completo, telefone, da empresa proponente, CNPJ, nome do banco, agência e nº da conta bancária onde deseja receber os seus créditos.
- Juntar todos os documentos solicitados no item 6.

PREÇO TOTAL DA PROPOSTA R\$: \_\_\_\_\_ (valor por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (Não inferior a 90 dias)

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

BANCO: \_\_\_\_ AGÊNCIA: \_\_\_\_\_ CONTA CORRENTE: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

- carimbo padronizado de CNPJ -

Assinatura do responsável pela empresa

**ANEXO V**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2025-SES-DF, QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, E A EMPRESA.....**

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES**

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, com sede no SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF, representada neste ato por **JURACY CAVALCANTE LACERDA JÚNIOR, CPF nº 9xx.xxx.xxx-15**, na qualidade de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Decreto de 20 de fevereiro de 2025, publicado na Edição Extra nº 16-A do DODF, de 20 de fevereiro de 2025, pg. 1, e a empresa ....., doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº ....., com sede no endereço ....., CEP: ....., e-mail: ....., Telefone: ....., representada por ....., portador (a) do RG ....., inscrito (a) no CPF nº ....., na qualidade de representante legal, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO**

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Termo de Referência 108 (168955619), Edital de Pregão Eletrônico nº ...../..... - SES/DF (.....), Ata de Registro de Preços nº ...../..... - SES/DF (.....), da Lei n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

3.1. O Contrato tem por objeto o fornecimento de insumos à saúde - Microbiologia, nos termos do Termo de Referência 108 (168955619), consoante especifica o Edital de Pregão Eletrônico nº ...../..... - SES/DF (.....), da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023 e alterações posteriores, **que passam a integrar o presente Termo.**

LOTE	ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO E-COMPRAS (ID PCA)	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	1	16050	381173	21517	PLACA PRONTA PARA USO BIPARTIDA ÁGAR CLED / MAC CONKEY, Aplicação: identificação e isolamento microbiológico	UN	170.900
	2	20774	326355	21529	PLACA PRONTA PARA USO AGAR MUELLER HINTON 90 X 15MM	UM	19.800
	3	23063	403658	21523	AGAR SCREENING. Aplicação: teste screening de identificação microbiológica em meio de cultura. Características adicionais: agar screening cromogenico para identificação de bactérias produtoras de carbapenemase. Forma de apresentação: placas pronto uso. Prazo de validade: 75% do prazo de validade do produto.	UN	16.000
	4	28702	356515	21515	CALDO TODD HEWITT, meio de cultura líquido, com adição de Gentamicina e Ácido Nalidixico.	UN	12.300
	5	35265	413149	21509	PLACA PRONTA PARA USO COM ÁGAR CROMOGÊNICO PARA ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE LEVEDURAS 90MM X 15MM	UN	10.500
	6	36587	333750	21510	ÁGAR CROMOGÊNICO VRE. PLACA PRONTA PARA USO COM ÁGAR CROMOGÊNICO E VANCOMICINA PARA ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE ENTEROCOCOS, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: 90X15MM. Aplicação (finalidade): MEIO CROMOGÊNICO SELETIVO DESTINADO A DETECÇÃO DE Enterococcus sp, RESISTENTE A VANCOMICINA (VRE). O MEIO DEVE SELECIONAR AS CEPAS RESISTENTES E REALIZAR A IDENTIFICAÇÃO COLORIMÉTRICA,	PC	16.000

LOTE	ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO E-COMPRAS (ID PCA)	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
					DIFERENCIANDO AS ESPÉCIES E.faecium E E.faecalis PRESUNTIVA DO AGENTE DESCRITO. MEIO PRONTO EM PLACAS DE 90X15MM. UMA UNIDADE CORRESPONDE A UMA PLACA. Composição: Triptofano, Peptona, Agar Bacteriológico, Mistura Cromogênica, Vancomicina e Água Purificada. Características adicionais: A embalagem do produto deverá conter o número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e procedência. esterilização: estéril. Prazo de validade: No mínimo 75% da validade total registrada na embalagem do produto no momento da entrega. Embalagem: Pacote contendo 10 Placas de Petri na medida de 90 mm.		
	7	36641	369809	21513	MEIO DE CULTURA, TIPO: CALDO BHI, APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: TUBO 13X100MM. Aplicação (finalidade): Destinado ao diagnóstico humano, o caldo BHI é utilizado na recuperação de microrganismos fastidiosos e não fastidiosos, incluindo bactérias aeróbicas e anaeróbicas e fungos. Composição: Infuso cérebro-coração, Peptona, Dextrose, Cloreto de sódio, Fosfato dissódico, Água Destilada q.s.p. Tamanho/Capacidade:Tubos de vidro transparente no tamanho 13X100mm, com tampa de rosca, contendo 5 mL de meio de cultura líquido. Características adicionais: A embalagem do produto deverá conter o número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e procedência. Estéril. Prazo de validade: No mínimo 75% da validade total registrada na embalagem do produto no momento da entrega.	UN	15.700
	8	36790	412404	21498	MEIO DE CULTURA SÓLIDO, PRONTO USO, CROMOGÊNICO, PARA IDENTIFICAÇÃO DE STREPTOCOCCUS AGALACTIAE (GRUPO B), PLACA 90 MM. Aplicação (finalidade): Isolamento e identificação de Streptococcus agalactiae (EGB) em mulheres durante o período gestacional. Composição: PACOTE CONTENDO UNIDADES DE MEIOS DE CULTURA, CROMOGÊNICO, EM PLACAS INDIVIDUAIS, DESCARTÁVEIS, COM 90 MM DE DIÂMETRO, PRONTO USO. Características adicionais: A embalagem do produto deverá conter o número do lote, data de fabricação, prazo de validade, composição e procedência. Processo de esterilização: Estéril. Prazo de validade: No mínimo 75% da validade total registrada na embalagem do produto no momento da entrega. Embalagem: Pacote contendo placas individuais.	UN	12.300
	9	95273	326887	21490	PLACA PRONTA PARA USO AGAR SANGUE	UA	71.200
	10	95277	326357	21493	PLACA PRONTA PARA USO AGAR MAC CONKEY	UA	62.100
	11	95278	326806	23956	PLACA PRONTA PARA USO AGAR CHOCOLATE	UA	44.400
	12	95279	379203	21381	PLACA PRONTA PARA USO MRSA	UA	13.000
	13	95281	326803	21379	PLACA PRONTA PARA USO AGAR SS	UA	2.500

3.2. A contratação será realizada na forma de **lote único**, abrangendo todos os itens constantes no Termo de Referência, cujas especificações e quantidades encontram-se descritas nos itens próprios deste documento.

3.3. Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

##### 4.1. FORMA DE FORNECIMENTO

4.1.1. O fornecimento se dará de forma continuada e sob demanda, de meios de cultura microbiológicos prontos para uso, destinados às unidades laboratoriais da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e condições estabelecidas neste contrato.

4.1.2. O fornecimento deverá ocorrer mediante solicitações realizadas pelas unidades, com entregas diretas em cada laboratório solicitante, em conformidade com o cronograma e os requisitos logísticos estabelecidos.

##### 4.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.2.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de meios de cultura microbiológicos prontos para uso, destinados às unidades laboratoriais da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, abrangendo todas as etapas do ciclo de vida do objeto, desde a fabricação, armazenamento, transporte e distribuição até a entrega nas unidades, assegurando qualidade, rastreabilidade e conformidade com os requisitos técnicos e sanitários aplicáveis.

4.2.2. A contratação contempla a aquisição de meios de cultura sólidos e líquidos, devidamente preparados, esterilizados e prontos para uso, com desempenho validado, garantindo padronização, segurança microbiológica e suporte técnico-científico à realização de exames de microbiologia clínica, incluindo isolamento, identificação de microrganismos e testes de sensibilidade a antimicrobianos.

4.2.3. O ciclo de vida dos produtos objeto da contratação compreende:

4.2.3.1. Fabricação: Observância das Boas Práticas de Fabricação (BPF), com controle rigoroso de qualidade, rastreabilidade de lotes e conformidade com as normas da ANVISA, além das diretrizes do BRCAST e normas internacionais, como CLSI e EUCAST, quando aplicável.

4.2.3.2. Armazenamento: Manutenção dos produtos em condições ambientais adequadas, conforme especificações técnicas de cada meio, garantindo estabilidade, esterilidade e desempenho microbiológico.

4.2.3.3. Transporte e distribuição: De responsabilidade integral da empresa contratada, devendo ser realizados em condições que preservem a qualidade dos produtos (controle de temperatura, proteção contra a umidade, luz e impactos), com entregas diretamente nas 17 unidades laboratoriais da SES/DF, mediante solicitações realizadas sob demanda e com frequência mensal, conforme planejamento acordado.

4.2.3.4. Recebimento: Conferência técnica no ato da entrega, incluindo a verificação da integridade das embalagens, das condições de transporte, do prazo de validade e da conformidade com os laudos de controle de qualidade e demais requisitos estabelecidos neste Contrato.

4.2.3.5. Utilização: Emprego dos meios nas atividades de diagnóstico microbiológico dos laboratórios da rede SES/DF, assegurando sua plena funcionalidade para as finalidades de isolamento, identificação e realização de testes de sensibilidade a antimicrobianos.

4.2.3.6. Descarte: Geração de resíduos de serviços de saúde, cujo manejo deverá seguir as diretrizes da RDC nº 222/2018 e o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) vigente na SES/DF, sendo de responsabilidade das unidades consumidoras.

4.2.4. Os meios de cultura objeto deste Contrato deverão atender, obrigatoriamente, às seguintes especificações gerais:

4.2.4.1. Serem fornecidos prontos para uso, nas formas sólida (em placas) ou líquida (em tubos ou frascos), conforme especificado para cada item;

4.2.4.2. Para todos os meios de cultura na forma sólida, as **placas devem possuir o tamanho de 90x15 mm** e, para todos os meios de cultura líquidos, os **tubos devem possuir o tamanho de 13x100 mm ou similar**.

4.2.4.3. Apresentarem composição físico-química e microbiológica compatível com as finalidades previstas, segundo metodologias reconhecidas na literatura técnica e nas normas de referência nacional e internacional;

4.2.4.4. Possuírem embalagem primária e secundária que garantam a integridade, a esterilidade e a proteção contra contaminações e degradações, contendo rótulo com informações claras e legíveis, como nome do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade, composição, condições de armazenamento e identificação do fabricante;

4.2.4.5. Apresentarem, no momento da entrega, prazo de validade não inferior a 50% do total estabelecido pelo fabricante, e nunca inferior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos, ou o que for maior, salvo em situações devidamente justificadas pela especificidade técnica do meio e aceitas pela área técnica responsável. Especificações para a primeira entrega e para as entregas subsequentes estão detalhadas em campo específico deste documento.

4.2.4.6. Serem acompanhados de laudos de controle de qualidade emitidos pelo fabricante, contemplando, quando aplicável, testes de esterilidade, crescimento positivo e negativo, seletividade, diferencialidade, produtividade e demais ensaios pertinentes às características de cada meio.

### 4.3. SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1. **É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto principal** contratado, qual seja, o fornecimento dos meios de cultura microbiológicos prontos para uso, destinados às unidades laboratoriais da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

4.3.2. Será **admitida a subcontratação exclusiva de serviços acessórios de transporte e logística**, desde que a empresa contratada:

4.3.2.1. Assuma integralmente a responsabilidade pela execução adequada, segura e tempestiva das entregas, bem como pela preservação da qualidade e integridade dos produtos durante todas as etapas do transporte até o recebimento final pelas unidades laboratoriais;

4.3.2.2. Garanta que a empresa subcontratada para o transporte atenda a todos os requisitos técnicos e sanitários previstos neste contrato, especialmente quanto às condições de acondicionamento, temperatura, umidade, segurança e rastreabilidade dos produtos transportados;

4.3.2.3. Comunique previamente à Administração a eventual subcontratação e mantenha atualizados os registros e informações relativos à execução do serviço, sempre que solicitado pela fiscalização contratual.

4.3.3. A subcontratação prevista no item anterior não afasta ou reduz a **responsabilidade exclusiva e integral da empresa contratada** quanto à plena execução do objeto e ao atendimento de todas as obrigações contratuais.

### 4.4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 4.4.1. Prazo de Entrega

4.4.1.1. A relação de meios de cultura e os respectivos quantitativos constantes na **tabela deste contrato** representam apenas uma **estimativa de consumo**, elaborada com base no histórico de utilização e na previsão de necessidade da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

4.4.1.2. O fornecimento ocorrerá **sob demanda**, mediante solicitações mensais consolidadas pelo Gestor/Fiscal do Contrato, conforme o fluxo operacional descrito neste Contrato.

4.4.1.3. A Administração **não se obriga** a adquirir o quantitativo total estimado, podendo as quantidades efetivamente solicitadas **ser inferiores**, dependendo da necessidade administrativa e da disponibilidade orçamentária.

4.4.1.4. A contratada declara ter **plena ciência** desta condição e de que a não solicitação da totalidade dos itens estimados **não caracteriza inadimplemento contratual**, tampouco gera direito a qualquer tipo de **indenização ou compensação**.

4.4.1.5. O contrato será executado conforme a demanda real, respeitando as condições, os prazos e os preços estabelecidos, observando-se os limites da **vigência contratual** e da **dotação orçamentária**.

4.4.1.6. Para garantir o fornecimento contínuo e eficiente dos meios de cultura às unidades laboratoriais da rede pública da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, será adotado o seguinte modelo de execução do objeto:

**4.4.1.6.1. Primeira entrega:** A contratada deverá realizar a primeira entrega com quantitativo suficiente para suprir o consumo de cada unidade por um período de dois meses, conforme demanda específica apresentada pelo Gestor/Fiscal do Contrato. Os meios de cultura entregues nesta remessa deverão possuir prazo de validade superior ao mínimo exigido nas demais entregas, sendo obrigatoriamente de, no mínimo, 75% da validade total ou 60 (sessenta) dias corridos, o que for maior. Essa entrega inicial é fundamental para garantir o estoque técnico necessário e assegurar a continuidade dos serviços laboratoriais.

**4.4.1.6.2. No início da vigência do contrato,** o Gestor/Fiscal do Contrato deverá entregar à contratada um cronograma preliminar de entregas, com previsão de ocorrência mensal, contendo os quantitativos estimados de meios de cultura por unidade laboratorial. A primeira entrega terá como base esse cronograma. As entregas subsequentes, no entanto, ocorrerão de acordo com as demandas reais de cada unidade, mediante solicitações mensais conforme fluxo definido neste contrato.

**4.4.1.6.3. Entregas subsequentes:** As entregas mensais subsequentes ocorrerão conforme o seguinte fluxo. Todos os meios de cultura entregues nestas remessas deverão possuir prazo de validade de no mínimo 50% da validade total ou 45 (quarenta e cinco) dias corridos, o que for maior, a partir da data de entrega.

Etapa	Descrição	Responsável	Prazo Máximo
1	Envio da solicitação interna de quantitativos por formulário padronizado	Responsável técnico de cada laboratório	Até o dia 5 de cada mês
2	Consolidação das solicitações e envio do pedido à contratada	Gestor/Fiscal do contrato	Até o dia 10 de cada mês
3	Abertura de processo SEI para a entrega e inserção dos comprovantes pelas unidades	Gestor/Fiscal do contrato e unidades laboratoriais	Abertura: logo após o envio do pedido à contratada / Anexação: até 3 dias após o recebimento

Etapa	Descrição	Responsável	Prazo Máximo
4	Entrega dos meios de cultura em cada unidade laboratorial	Contratada	Até 15 dias corridos após recebimento do pedido
5	Preenchimento do Comprovante de Entrega (em duas vias: contratada e contratante) e verificação da conformidade da entrega	Responsável técnico de cada unidade	Imediato ao recebimento
6	Envio do Comprovante de Entrega digitalizado ao Gestor/Fiscal do Contrato	Responsável técnico da unidade laboratorial	Até 3 dias corridos após o recebimento
7	Lançamento do processo de pagamento após conferência e inserção do atesto	Gestor/Fiscal do contrato	Conforme fluxo interno da SES/DF

**4.4.1.6.4.Comprovante de entrega:** O documento denominado "comprovante de entrega" deverá ser apresentado em duas vias, sendo uma da empresa contratada e outra da unidade recebedora. O tipo e formato deste documento serão de responsabilidade da empresa contratada, devendo conter, no mínimo, as mesmas informações exigidas para a Nota Fiscal. Além disso, o comprovante deverá ser individualizado por unidade, contendo a identificação e descrição da unidade destinatária e a relação completa dos meios de cultura entregues com os respectivos quantitativos.

**4.4.1.7. Procedimentos administrativos do Gestor/Fiscal do contrato:** Caberá ao Gestor/Fiscal do Contrato abrir, logo após o envio do pedido consolidado à contratada, processo SEI do tipo "Aquisição: Material Médico Hospitalar" para cada entrega realizada. Esse processo deverá conter memorando inicial com, no mínimo, as seguintes informações:

- Descrição do contrato e objeto;
- Número do contrato e número do processo SEI relacionado;
- Vigência do contrato (data de início e término);
- Identificação do PAM (Pedido de Aquisição de Material) e da AFM (Autorização de Fornecimento de Material), quando aplicáveis;
- Número ordinal da entrega (1ª, 2ª, 3ª, etc.);

**4.4.2.** O memorando será enviado via processo para cada unidade solicitante, que deverá anexar ao processo o comprovante de entrega digitalizado, devidamente preenchido e assinado, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos após o recebimento da remessa.

**4.4.3.** Após todos os laboratórios que solicitaram meios de cultura na respectiva entrega anexarem os comprovantes de entrega ao processo SEI, o Gestor/Fiscal do Contrato deverá realizar a conferência e inserir o documento "Atesto". Esse atesto deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Referência à nota fiscal, com todos os seus dados identificadores;
  - Relação de todos os comprovantes de entrega anexados, com indicação das datas de entrega, unidades recebedoras e respectivos quantitativos;
  - Verificação do cumprimento dos prazos de validade dos produtos conforme os termos contratuais;
  - Verificação do cumprimento dos prazos de entrega previstos;
  - Conferência da conformidade entre os valores apresentados na nota fiscal, os quantitativos entregues e os valores contratuais de cada item.
- 4.4.4.** Este fluxo visa assegurar a rastreabilidade de cada entrega e o correto acompanhamento da execução contratual, promovendo transparência e eficiência na gestão do fornecimento.

#### 4.4.5. Do Local de Entrega

**4.4.5.1.** As entregas dos meios de cultura microbiológicos deverão ser realizadas **diretamente nas unidades laboratoriais** da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, conforme a relação de endereços constante na tabela abaixo:

**4.4.5.1.1.** As entregas deverão ocorrer, obrigatoriamente, **de segunda a sexta-feira**, no horário das **08 às 12 horas** e das **13 às 17 horas**.

**4.4.5.1.2.** A contratada será responsável por garantir que as entregas ocorram no **local exato**, dentro do prazo estabelecido, mediante a entrega dos produtos ao **responsável técnico designado** por cada unidade, que deverá realizar a conferência e assinatura do **recibo de entrega**.

**4.4.5.1.3.** Eventuais alterações nos endereços ou responsáveis das unidades laboratoriais serão formalmente comunicadas pela Administração, sem que isso implique na necessidade de aditamento contratual ou geração de custos adicionais para a contratada.

#### LOCAIS DE ENTREGA - LABORATÓRIOS HOSPITALARES

LABORATÓRIO HOSPITALAR	ENDEREÇO
Hospital Regional de Brasília – HRBz	Área Especial nº 1 - Setor Tradicional, CEP: 72.720-901, Brasília - DF
Hospital Regional do Guarã – HRGU	Área Especial – QI 06 Lote “C”, CEP: 71.010- 900, Guarã I - DF
Hospital de Apoio de Brasília - HAB	AENW 3 lote A CEP: 70.684-831, Setor Noroeste
Hospital Regional Asa Norte – HRAN	Setor Médico Hospitalar Norte, Quadra 101- Área Especial, CEP: 70.710-905, Asa Norte - DF
Hospital Regional da Ceilândia – HRC	QNM 27 Área Especial 1 QNM 28, CEP: 72.215-270, Ceilândia – DF
Hospital Regional Leste – HRL	Quadra 2, Conjunto K, Lote 1, Área Especial Hospitalar, CEP: 71.570-130, Paranoá – DF
Hospital Regional de Planaltina – HRPL	Av. WL4 Área Especial, Setor Hospitalar Planaltina, CEP: 73.310- 000, Planaltina – DF
Hospital Regional de Sobradinho – HRS	Q 12 Conjunto B Lote 38, CEP: 73.010-120, Sobradinho – DF
Hospital Regional da Samambaia – HRSAM	QS 614 Conjunto C Lotes 1/2, CEP: 72.322-583, Samambaia – DF
Hospital Regional de Taguatinga– HRT	Setor C Norte, Área Especial 24, CEP: 72.115-902, Taguatinga Norte – DF
Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB	SGAS Av. L2 Sul Quadra 608 Módulo A, CEP: 70203 -900, Asa Sul - DF
Hospital Regional do Gama – HRG	Área Especial 1, Setor Central, CEP: 72.405-901, Gama – DF

#### LOCAIS DE ENTREGA - LABORATÓRIOS AMBULATORIAIS

LABORATÓRIO AMBULATORIAL	ENDEREÇO
Laboratório Regional do Guarã (LRGU)	QE 23, Guarã II, Brasília/DF, CEP: 71.025-000, Guarã II - DF
Laboratório Regional de Ceilândia (LRC)	EQNP 11/7, Setor P Norte, CEP: 72240-540, Ceilândia - DF
Unidade Mista de Taguatinga (UMST)	C 12 Área Especial nº 01, CEP: 72010-120, Taguatinga Centro - DF
Unidade Mista de São Sebastião	Avenida Comercial, n.º 10, CEP: 71.691-006, São Sebastião - DF



## LOCAIS DE ENTREGA - LABORATÓRIO CENTRAL

LABORATÓRIO	ENDEREÇO
Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN)	Lotes O e P Sgan 601, CEP 70830-010, Asa Norte - DF

## 4.4.6. Condições de Transporte e Entrega

4.4.6.1. Os produtos não poderão ser encaminhados via Correios.

4.4.6.2. Os produtos deverão ser transportados por empresa autorizada e licenciada por órgão sanitário.

4.4.6.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado conforme especificação das condições de armazenamento definidas pelo fabricante, devendo haver um sistema de monitoramento de temperatura que possa ser verificado no recebimento.

4.4.6.4. As empresas contratadas deverão observar as condições de guarda, armazenamento e transporte dos produtos de modo a não afetar sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, sua esterilidade.

4.4.6.5. Os produtos entregues deverão estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.

4.4.6.6. A contratada será **integralmente responsável** pela logística de transporte e entrega dos produtos, desde a saída de seus estoques até o recebimento final pelas unidades laboratoriais, devendo garantir:

4.4.6.6.1. Acondicionamento adequado dos produtos, compatível com as especificações técnicas e sanitárias de cada meio de cultura, de forma a preservar sua integridade, estabilidade e esterilidade até o momento da entrega;

4.4.6.6.2. Controle rigoroso de temperatura e umidade, conforme exigência específica de cada produto, mediante o uso de embalagens e equipamentos apropriados, que assegurem o não comprometimento da qualidade dos meios de cultura;

4.4.6.6.3. Proteção contra agentes físicos, químicos e biológicos que possam comprometer a qualidade ou a segurança do produto, durante todas as etapas do transporte;

4.4.6.6.4. Entregas realizadas por pessoal qualificado, que tenha conhecimento das boas práticas de transporte de produtos para uso laboratorial, bem como do protocolo de entrega definido pela Administração;

4.4.6.6.5. Entrega **direta e individualizada** em cada uma das **17 (dezessete) unidades laboratoriais**, conforme os prazos e fluxos definidos neste contrato.

4.4.6.7. A contratada poderá, conforme necessidade e conveniência operacional, subcontratar serviços **acessórios de transporte**, desde que previamente informados e que atendam integralmente às condições técnicas e sanitárias aqui estabelecidas, sem prejuízo de sua **responsabilidade integral** pela entrega adequada dos produtos.

## 4.4.7. Condições de Recebimento

4.4.7.1. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021** e na regulamentação distrital vigente:

4.4.7.1.1. Recebimento provisório: no ato da entrega, pelo responsável técnico da unidade laboratorial, que realizará a conferência do quantitativo, da integridade física das embalagens, do prazo de validade e das condições de armazenamento e transporte do produto.

4.4.7.1.2. Recebimento definitivo: após a confirmação da conformidade dos produtos entregues, que será formalizada mediante a assinatura do **recibo de entrega**, documento que será utilizado como base para o **processamento do pagamento**.

4.4.7.2. No ato do recebimento, a unidade deverá verificar, obrigatoriamente:

4.4.7.2.1. A conformidade do quantitativo entregue em relação ao solicitado;

4.4.7.2.3. A adequação das condições físicas (integridade das embalagens, ausência de avarias ou contaminação);

4.4.7.2.4. A conformidade da rotulagem, contendo no mínimo: nome do produto, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, condições de armazenamento e identificação do fabricante;

4.4.7.2.5. O atendimento aos prazos mínimos de validade, conforme estabelecido neste contrato:

a) Para a primeira entrega: prazo de validade **não inferior a 75%** do total estabelecido pelo fabricante, ou, alternativamente, **mínimo de 2 (dois) meses**, o que for maior;

b) Para as entregas subsequentes: prazo de validade **não inferior a 50%** do total estabelecido pelo fabricante e **nunca inferior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, o que for maior.

4.4.7.3. Os materiais deverão conter, em suas embalagens primárias, de forma clara e legível: descritivo do produto, número do lote, data de validade e nome comercial, quando houver.

4.4.7.4. Todos os produtos deverão apresentar, em suas embalagens primárias e/ou secundárias, a expressão: "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", a ser afixada mediante etiquetas invioláveis ou carimbos irremovíveis.

4.4.7.5. No caso de embalagens estéreis, não serão aceitos carimbos alcoólicos, de forma a garantir a não violação do processo de esterilização.

4.4.7.6. Para fins deste contrato, considera-se:

4.4.7.6.1. Etiqueta inviolável: aquela que, quando removida, fornece uma real evidência da violação.

4.4.7.6.2. Carimbo irremovível: aquele que, mesmo sob **atrito ou fricção**, não se apaga sem **danificar a embalagem**.

4.4.7.7. A **Nota Fiscal** deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

4.4.7.7.1. Identificação do material e seu respectivo nome comercial (quando houver);

4.4.7.7.2. Número do lote, data de fabricação e validade;

4.4.7.7.3. Unidade de fornecimento e quantidade discriminada por lote;

4.4.7.7.4. Valor unitário e valor total;

4.4.7.7.5. Número do empenho, número do processo SEI, número da Ata de Registro de Preços (quando houver), Dispensa de Licitação ou Contrato Administrativo;

4.4.7.7.6. Número da Autorização de Fornecimento de Material – AFM;

4.4.7.7. Quando se tratar de entrega parcelada, deverá ser indicado o número correspondente à entrega: (ex.: “1ª entrega”, “2ª entrega”, e assim sucessivamente).

4.4.7.8. Todos os **meios de cultura ofertados** devem atender aos requisitos específicos de qualidade, segurança e eficácia, conforme descrito neste contrato e detalhado no **Estudo Técnico Preliminar**, especialmente quanto a:

4.4.7.8.1. Ágar Mueller-Hinton: obrigatória a conformidade com o BRCAST para assegurar resultados precisos em testes de sensibilidade a antimicrobianos;

4.4.7.8.2. Ágares MacConkey, SS e CLED: formulação adequada para isolamento e diferenciação precisa de enterobactérias;

4.4.7.8.3. Ágares Cromogênicos (leveduras, *Enterococcus*, MRSA, carbapenemase): demonstrar alta sensibilidade e especificidade, minimizando riscos de falsos positivos ou negativos;

4.4.7.8.4. Caldo Todd Hewitt e Caldo BHI: assegurar enriquecimento apropriado para isolamento de microrganismos fastidiosos;

4.4.7.8.5. Ágares Sangue e Chocolate: assegurar presença de nutrientes essenciais sem agentes inibidores, especialmente para microrganismos fastidiosos como *Haemophilus spp.* e *Neisseria spp.*.

4.4.7.9. Como as entregas serão realizadas sob demanda e os itens possuem prazo de validade curto, não será necessária a apresentação de carta de compromisso de troca em caso de vencimento.

4.4.7.10. Entretanto, a contratada deverá apresentar, em todas as entregas, uma carta de compromisso de troca (**APÊNDICE I**), assumindo a responsabilidade pela substituição imediata e sem ônus para a Administração e com frete suportado pela contratada, considerando os 4.4.7.10.1. mesmos critérios e exigências para as demais entregas, em caso de:

4.4.7.10.2. Entrega de produtos fora dos padrões especificados;

4.4.7.10.3. Entrega de produtos danificados, avariados ou com inconformidades;

4.4.7.11. A troca dos produtos deverá ser realizada pela contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação formal da não conformidade pela unidade ou pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

4.4.7.12. O **descumprimento das condições de transporte, entrega e recebimento** sujeitará a contratada às **sanções previstas** na legislação vigente e neste contrato, podendo, ainda, acarretar a **rescisão contratual** em caso de descumprimento reiterado ou grave.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total do Contrato é de R\$ ....., em procedência ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

INSERIR TABELA COM VALORES

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

5.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/08/2025.

5.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (art. 2º do Decreto n.º 37.121/2016), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I	Unidade Orçamentária:	
II	Programa de Trabalho:	
III	Natureza de Despesa:	
IV	Fonte de Recursos:	
V	Valor Inicial:	
VI	Nota de Empenho:	
VII	Data de Emissão:	
VIII	Evento:	
IX	Modalidade:	

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

### 7.1. Recebimento do objeto

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por servidor atuante na unidade do Local de Entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste contrato e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, devendo ser substituídos no saldo do prazo inicialmente estipulado para tanto, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento técnico caberá à Área Técnica responsável pela contratação e ocorrerá no prazo de 3 dias úteis a contar do recebimento provisório, mediante atesto da nota fiscal, § 3º do art. 73, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

7.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis a contar do recebimento técnico, mediante processamento dos dados do recebimento no sistema eletrônico de gestão de materiais da SES/DF, § 3º do art. 72, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

7.1.5. O prazo para recebimento técnico poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 7.2. Liquidação

7.2.1. A liquidação e pagamento das despesas oriundas da compra/contratação pretendida, são precedidos dos procedimentos de recebimento provisório, técnico e definitivo.

7.2.2. Para fins de liquidação e pagamento, das despesas oriundas da compra/contratação, considerar-se-á o atesto na nota de fiscal previsto para o recebimento provisório, como parâmetro do estabelecimento da ordem cronológica para pagamento.

## 7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento à contratada deverá ser realizado em prazo máximo de 30 dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas orçamentárias e financeiras do Distrito Federal, conforme disposto no Decreto nº 32.598/2010.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. A vigência do Contrato será de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, podendo ser **prorrogada por períodos sucessivos**, até o limite máximo de **120 (cento e vinte) meses**, conforme disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A presente contratação caracteriza-se como **fornecimento continuado**, em virtude da necessidade permanente e ininterrupta de suprimento de insumos essenciais às atividades dos laboratórios da rede SES/DF, destinados à realização de exames microbiológicos imprescindíveis à assistência à saúde pública.

## 9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

9.1. Não será exigida **garantia contratual** para a presente contratação, tendo em vista a natureza do objeto, o seu fornecimento sob demanda, o modelo de pagamento condicionado à comprovação da entrega efetiva e a avaliação de que os riscos envolvidos são compatíveis com a não exigência de garantia, conforme permitido pelo art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

10.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

10.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Regional do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

- 11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa do Distrito Federal; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 11.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 11.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 11.1.12. O licitante deverá disponibilizar, sem ônus, manuais ou instruções técnicas necessárias ao correto manuseio dos produtos ofertados.
- 11.1.13. A apresentação de amostras **não substitui** a obrigação do fornecedor de garantir, durante toda a vigência contratual, a entrega de produtos que **mantenham a mesma qualidade, especificação e conformidade** das amostras aprovadas.
- 11.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitada da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.1.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.1.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.1.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 11.1.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 11.1.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 11.1.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.1.22. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 11.1.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.1.24.

## 11.2. DA SUSTENTABILIDADE

- 11.2.1. A Contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Art. 2º, da Lei Distrital nº 4.770/2012, estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais como menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 11.2.2. O risco ambiental apresentado pelos bens objeto desta contratação está relacionado a produção de Resíduos de Serviços de Saúde, definidos pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018 como "todos os resíduos resultantes das atividades exercidas pelos geradores de resíduos de serviços de saúde", compreendidos como "todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal".
- 11.2.3. Assim, a fim de mitigar os riscos ambientais inerentes aos bens a serem adquiridos esta SES/DF procederá com a adoção das medidas necessárias para o correto gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde gerados, em conformidade com a RDC supramencionada e com o PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE implementado no âmbito desta Secretaria.
- 11.2.4. A empresa contratada deverá observar, rigorosamente, todas as exigências legais, regulamentares e técnicas aplicáveis ao fornecimento dos meios de cultura microbiológicos prontos para uso, especialmente aquelas relacionadas à qualidade, segurança, rastreabilidade e conformidade sanitária, incluindo:
- 11.2.4.1. Registro sanitário junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando aplicável, conforme a legislação vigente;
- 11.2.4.2. Observância das Boas Práticas de Fabricação (BPF), de acordo com a RDC nº 665/2022 e demais normas correlatas;

- 11.2.4.3. Conformidade com as diretrizes do BRCAST e, quando pertinente, com normas internacionais (CLSI, EUCAST) para os meios destinados a testes de sensibilidade a antimicrobianos;
- 11.2.4.4. Fornecimento de produtos com composição físico-química e microbiológica compatíveis com as finalidades previstas, acompanhados de laudos de controle de qualidade e demais documentações técnicas exigidas neste contrato.
- 11.2.5. A empresa contratada deverá assegurar que todas as etapas do fornecimento — fabricação, armazenamento, transporte e entrega — sejam realizadas em estrita conformidade com os requisitos sanitários, garantindo a integridade, a qualidade e a segurança dos produtos até o momento da entrega nas unidades laboratoriais.
- 11.2.6. A contratação também deve observar os princípios e diretrizes de sustentabilidade, considerando os potenciais impactos ambientais e sanitários inerentes ao ciclo de vida dos produtos fornecidos.
- 11.2.7. Os meios de cultura microbiológicos, após sua utilização, geram Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, classificados como resíduos perfurocortantes ou contaminantes biológicos, conforme definido na Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 222, de 28 de março de 2018.
- 11.2.8. A responsabilidade pelo gerenciamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados a partir do uso dos produtos contratados será das unidades laboratoriais da rede SES/DF, as quais deverão adotar as medidas necessárias conforme as normas sanitárias e ambientais vigentes e o respectivo Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS implementado no âmbito da SES/DF.
- 11.2.9. A contratada deverá, sempre que possível, adotar práticas de sustentabilidade no processo de fornecimento, tais como:
- 11.2.9.1. Utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis;
- 11.2.9.2. Minimização de materiais e resíduos de embalagens;
- 11.2.9.3. Otimização das rotas logísticas para redução de emissões e consumo de combustível;
- 11.2.9.4. Cumprimento das legislações ambientais e sanitárias aplicáveis ao transporte de produtos sujeitos a controle sanitário.
- 11.2.10. A presente contratação está alinhada com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme previsto no Decreto Distrital nº 44.330/2023, e deverá observar, no que couber, as políticas públicas de promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

- 12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

- 13.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, bem como, as demais legislações pertinentes em decorrência de inadimplemento contratual.
- 13.2. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas infrações contidas no art. 155, incisos de I a XII, da Lei 14.133/2021, quais sejam:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.3. Das Espécies de Sanções
- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.4. A sanção prevista no inciso I, dar-se-á quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);
- 13.5. A sanção apresentada no inciso II, será calculada nos termos do § 3º do art. 156 da Lei 14.133/2021 e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 13.2;

13.6. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,50% - por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso.

II - 1% - por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada.

III - 5% - sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem.

IV - 15% - em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente.

V - até 30% sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.7. Quanto a sanção do inciso III, será aplicada quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem 13.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

13.8. A respeito da sanção presente no inciso IV, será aplicada quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem 13.2, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 13.3 (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

13.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 13.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, Lei 14.133/2021);

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

13.11. A aplicação das sanções previstas no caput do art. 156 da Lei 14.133/2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

13.12. Na aplicação da sanção do inciso I, do subitem 13.3, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação;

13.13. A aplicação das sanções dos incisos III e IV, do subitem 13.3, requererá a instauração de processo de responsabilização, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

13.14. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista neste instrumento.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021;

14.2. No procedimento de rescisão contratual, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.8. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.10. Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

15.1. Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA COMISSÃO EXECUTORA

16.1. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da SES/DF, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do [art. 7º da Lei nº 14.133/2021](#) e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexadas ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções;

#### 16.2. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

16.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.2.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.2.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.2.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16.2.6. O contrato contemplará cláusulas que disciplinem:

16.2.6.1. A periodicidade das entregas, conforme solicitação sob demanda das unidades laboratoriais;

16.2.6.2. A forma de pagamento, condicionada ao recebimento definitivo dos produtos;

16.2.6.3. O regime de garantias, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021;

16.2.6.4. As hipóteses de revisão, repactuação, reajuste e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, conforme previsão legal e contratual.

### 16.3. **PREPOSTO**

16.3.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

16.3.2. A Contratante poderá recusar, justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### 16.4. **FISCALIZAÇÃO**

16.4.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133 de 2024, art. 117, caput).

16.4.2. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

### 16.5. **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

16.5.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 44.330, art. 24, VI).

16.5.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

16.5.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

16.5.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, quando for o caso.

16.5.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

16.5.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

### 16.6. **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

16.6.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

16.6.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

16.6.3. O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprova o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Decreto 44.330/2023, art. 25, VII).

### 16.7. **GESTOR DO CONTRATO**

16.7.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

16.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e das medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

16.7.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

16.7.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

16.7.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal,

conforme o caso.

16.7.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

16.7.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto 44.330/2023, art. 23, V).

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

19.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

### APÊNDICE I

#### TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA

À  
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF  
(Unidade Gestora)

Ref.: **Carta de Compromisso de Troca — Fornecimento de Meios de Cultura Microbiológicos**

Prezados Senhores,

Na qualidade de representante legal da empresa (**nome da empresa**), inscrita no CNPJ sob o nº (**informar**), localizada à (**endereço completo**), e em atendimento às disposições constantes no **Termo de Referência** e no respectivo **instrumento contratual**, apresentamos, por meio desta, o **compromisso formal de realizar a troca imediata e sem ônus** para a Administração dos produtos fornecidos, nos seguintes casos:

1. Entrega de produtos fora dos **padrões especificados** no Termo de Referência e/ou edital;
2. Entrega de produtos **danificados, avariados ou com inconformidades** que comprometam sua utilização;
3. Entrega de produtos com **embalagens inadequadas**, violadas ou que não atendam às exigências de rotulagem e identificação.

Nos comprometemos a realizar a substituição dos produtos não conformes no **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da comunicação formal realizada pela unidade recebedora ou pelo Executor do Contrato, conforme previsto nas **Condições de Recebimento** no Termo de Referência.

Adicionalmente, declaramos que temos ciência de que o **não cumprimento deste compromisso** poderá acarretar a aplicação das **sanções previstas** na legislação vigente, no edital e no contrato, inclusive a **rescisão contratual** e a aplicação de **multas administrativas**.

Por ser verdade e para que surta os devidos efeitos legais, firmamos a presente.

Atenciosamente,

(Nome do responsável legal)  
(Cargo)  
(Nome da empresa)  
(CNPJ)  
(Assinatura)



Documento assinado eletronicamente por **CERIZE HELENA SOUZA SALES - Matr.0129462-8**, **Diretor(a) de Aquisições substituto(a)**, em 30/01/2026, às 09:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **193615901** código CRC= **42A5C73D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF